

## 18 mortos em 22 acidentes de viação em Moçambique

Mais 18 moçambicanos morreram em 22 acidentes de viação registados durante a segunda semana do mês de Agosto as autoridades policiais em Moçambique, sete foram atroleamentos e nove choques entre viaturas.

Texto: Redacção

A velocidade excessiva, a má travessia de peões e a condução sob efeito de álcool são indicadas pela Polícia da República de Moçambique (PRM) como as causas dos acidentes de viação registados entre 8 e 14 de Junho que além dos óbitos deixaram 74 feridos, 14 dos quais em estado grave.

Os sinistros são uma das principais causas de morte em Moçambique embora a PRM continue a apertar a fiscalização e sensibilização. Durante a semana em alusão 53.310 viaturas foram fiscalizadas das quais 62 foram apreendidas assim como 216 cartas de condução e 76 livrete. As autoridades multaram 4.728 automobilistas e detiveram 25 cidadãos por condução ilegal.

## Banco central acredita que é momento de criar fundo soberano de Moçambique “temos de cria-lo agora”



O Banco central acredita que é chegado o momento de criar o fundo soberano de Moçambique. “Temos de cria-lo agora porque ainda temos tempo suficiente para pensar em todos os aspectos, aprender com a experiência de outros países pois quando tivermos o dinheiro não vamos pensar no fundo, tudo o que pensaremos será em gastar” afirmou o Administrado da instituição Jamal Omar. Esta semana o FMI advogou que o nosso país precisa de um fundo soberano de estabilização porque a economia não tem a capacidade de absorver os biliões de dólares que já estão a entrar rapidamente para os projectos de gás natural.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

## Sasol renova desejo de gás do Rovuma em gasoduto para África do Sul

Jon Harris, vice presidente da petrolífera Sasol, que há quase duas décadas leva o gás natural de Inhambane para a África do Sul a preços muito baixos e trazendo pouco desenvolvimento para Moçambique, acredita na viabilidade de um gasoduto entre Palma e a Província de Gauteng tendo em vista levar o gás do Rovuma para suprir a demanda do mercado sul-africano.

Texto: Adérito Caldeira

Nenhum dos consórcios que se preparam para extrair e liquefazer o gás natural existente nas Áreas 1 e 4 do Bloco do Rovuma tem a África do Sul como potencial cliente, aliás os contratos de venda que a ENI e a Anadarko garantiram sequer preveem esse mercado.

Contudo Moçambique vai ter disponíveis 950 milhões de pés cúbicos de gás natural para o mercado doméstico que, embora o Governo tenha em vista transformar em energia eléctrica, fertilizantes e combustíveis líquidos, representa uma quantidade acima da demanda dos consumidores nacionais onde a indústria quase deixou de existir.

Convidado a partilhar a experiência de quase duas décadas a explorar gás natural em Inhambane e leva-lo para África do Sul a preços bastante desvantajosos para Moçambique Jon Harris, vice Presidente da Sasol reno-



vou, durante a Cimeira EUA – África o desejo de levar também o gás do Rovuma para o mercado sul-africano.

Harris clamou, nesta quarta-feira (19) em Maputo, que com a construção do gasoduto entre Temane e a África do Sul a pe-

trolífera sul-africana foi capaz de industrializar Maputo, através da disponibilização de gás natural para a produção de energia eléctrica e como combustível para menos de três dezenas de estabelecimentos comerciais “vimos a industrialização a chegar com a operação que criamos”.

Na óptica do executivo da Sasol para além da liquefação que será realizada para exportação e viabilização dos empreendimentos da ENI, Anadarko e ExxonMobil, “pode-se transportar através de um gasoduto para os mercados que demandem. A oportunidade que vem aí para Moçambique, e a decisão tem de ser tomada, é se existirá suficiente demanda em local ou envia-lo para a África do Sul onde terá uma demanda maior”.

O desejo sul-africano não é novo existe um projecto da empresa SacOil Holdings para a instalação de um gasoduto de 2.600 quilómetros, orçado em 6 biliões de Dólares norte-americanos. No entanto o Governo de Moçambique ainda não decidiu se irá disponibilizar o seu gás, o ministro dos Recursos Minerais e Energia, questionado pelo @Verdade apenas disse: “Quando houver mercado e condições que viabilizem nada está contra”.

A verdade em cada palavra.





→ continuação Pag. 01 - Banco central acredita que é momento de criar fundo soberano de Moçambique “temos de cria-lo agora”

Em finais de Março o Governo, sem a presença do povo, membros dos partidos de oposição ou de jornalistas, começou ponderar a pertinência da criação de um fundo soberano com as receitas da exploração dos recursos minerais. Na abertura do evento o Presidente Filipe Nyusi colocou as questões fundamentais: “Qual é o momento certo para a constituição do Fundo soberano?; Como conciliar as necessidades imediatas com necessidades futuras da geração vindoura?; Sobre as fontes das Receitas do Fundo Soberano; Quais são os grandes vectores das Despesas do Fundo Soberano?; Modelo da Segurança das Transacções; Áreas de Intervenção dos Investimentos; Qual é o melhor esquema de Fiscalização e Supervisão?; Uma visão clara sobre a Delimitação das Funções”.

Nesta quinta-feira (20), um dos novos Administradores do Banco de Moçambique (BM), Jamal Omar, declarou que a instituição acredita que o fundo soberano deve ser criado “agora”.

“A recente Decisão Final de Investimento (da Anadarko) mostra que estamos cada vez mais perto do momento em que teremos recursos (financeiros) suficientes para criar o fundo. Temos de cria-lo agora porque ainda temos tempo suficiente para pensar em todos os aspectos, aprender com a experiência de outros países pois quando tivermos o dinheiro não vamos pensar no fundo, tudo o que pensaremos será em gastar”, afirmou Omar.

Intervindo num painel sobre Fundos Soberanos, durante a Cimeira de negócios EUA – África que decorre em Maputo, o recém nomeado Administrador do BM revelou que: “pensamos que o momento certo para criar o fundo é agora, nós temos uma equipa no banco central a trabalhar nos aspectos técnicos do fundo para que



quando a decisão política for tomada estaremos prontos para reagir”.

“Há quem defenda que é necessário ter muito dinheiro para criar o fundo, nós não pensamos que seja esse o caso, aliás o Fundo Soberano de Timor Leste iniciou com cerca de 200 milhões de Dólares e agora possuem em torno de 17 biliões de Dólares, portanto é possível começar com um montante pequeno. O que precisamos é de disciplina, olhar os vários aspectos como a experiência dos países que falharam nesse processo e aprender daí o que pode correr mal para evitar cometer os mesmos erros”, argumentou Omar Jamal.



FMI defende fundo soberano para estabilização da economia moçambicana

Confrontado com o dilema da maioria dos países africanos que obtêm grandes

receitas e mesmo aqueles que criaram fundos soberanos entre a necessidade de investir nas necessidades imediatas do povo ou poupar o Administrador do banco central esclareceu que o desafio “mais importante é a capacidade de absorção (do biliões que vão entrar) pela economia.

“Podemos fazer muitos investimentos mas não iremos conseguir suprir todas as necessidades, o que precisamos é de poupar e de um plano de como queremos investir”, explicou Jamal Omar.

Esta visão do BM está alinhada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que esta semana advogou, através de

um paper publicado no âmbito da Missão que visitou o nosso país em Março passado, que Moçambique precisa de um fundo soberano para estabilização da economia que não tem a capacidade de absorver os biliões de dóla-

res que estão a entrar rapidamente em investimentos para a exploração do gás natural existente no Bloco do Rovuma.

calibrados” de indicadores para a Conta Corrente, a Política Fiscal, para as taxas de referência e para os investimentos públicos.

Table 1. Mozambique: Calibrated Parameters		
Sector	Indicators	Parameters
National Accounts	Long-run GDP growth rate (in percent)	6.30
	Exports/GDP100 (in percent)	33.00
	Imports/GDP100 (in percent)	45.00
	Government consumption/GDP100 (in percent)	21.00
	Government investment expenditures/GDP100 (in percent)	7.50
	Private investment/GDP100 (in percent)	17.00
	Mining value added (natural resource production)/GDP100 (in percent)	3.00
	Government wealth fund/GDP100 (in percent) (external savings)	1.00
	Share of tradables in government expenditures (in percent)	60.00
	Share of tradables in private consumption (in percent)	60.00
	Government domestic debt / GDP100 (in percent)	8.81
	Private foreign debt/GDP100 (in percent)	49.18
	Concessional debt/GDP100 (in percent)	4.71
	Government external commercial debt/GDP100 (in percent)	48.13
	Grants/GDP100 (in percent)	5.08
Interest rates	Annualized domestic net real interest rate	10.00
	Annualized foreign net real interest rate earned by the stabilization fund	2.70
	Annualized net real interest rate paid on concessional debt	0.00
	Annualized net real risk-free rate	2.40
	Annualized net real interest rate paid on government external commercial debt	6.00
Structural parameters	Labor income share in non-traded sector (in percent)	45.00
	Labor income share in traded sector (in percent)	60.00
	Elasticity of output w.r.t public capital	0.25
	Capital depreciation rate in non-tradable sector (in percent)	10.00
	Capital depreciation rate in traded sector (in percent)	10.00
	Depreciation rate of public capital (in percent)	7.00
	Learning by doing externality in the traded sector	0.10
	Persistence in TFP in traded sector	0.10
	Investment adjustment cost parameter in the non-traded sector	25.00
	Investment adjustment cost parameter in the traded sector	25.00
	Steady-state efficiency of public investment (share of investment turned into actual capital) (in percent)	50.00
	Inverse of the Frisch elasticity of labor supply for optimizers	10.00
	Inverse of the Frisch elasticity of labor supply for rule of thumb consumers	10.00
	Inverse of the intertemporal elasticity of consumption	2.00
	Elasticity of substitution between the two types of labor (in tradables and nontradables)	1.00
Natural resource sector	Measure of optimizers in the economy (in percent) (non-credit-constrained households)	0.60
	Elasticity of substitution between traded and non-traded goods	0.44
	Home bias for additional government spending	0.10
	Elasticity of portfolio adjustment costs	0.00
	Royalty tax rate on natural resources (in percent)	20.00
Fiscal policy	User fees of public infrastructure (in percent of recurrent costs)	50.00
	Labor income tax rate	2.51
	Consumption tax rate	7.90
	Tax rate on the return on capital	5.86
	Elasticity of sovereign risk	0.00
Public investment	Severity of public capital depreciation when not maintained	1.00
	Severity of absorptive capacity constraints	20.00
	Threshold of investment scaling up beyond which absorptive capacity constraints start binding (in percent)	50.00
	Persistence of efficiency of public investment	0.80
	Floor for the sovereign wealth fund (in percent of GDP)	0.00

Para o FMI a disponibilidade de muitas divisas para o Orçamento de Estado pode levar a que sejam efectuados investimentos públicos ineficientes, conduzir a má governação, a maus projectos, a corrupção o câmbio será afectado e outros sectores da economia que não estão relacionados com o gás natural serão afectados degenerando no fenómeno apelidado de “doença Holandesa”.

“Para termos um bom fundo soberano temos de envolver a todos”

No documento o Fundo Monetário projecta alguns cenários macro económicos de como um fundo soberano de estabilização pode conter a entrada massiva de dólares na economia e garantir a ambicionada diversificação e sugere alguns “parâmetros

O Administrador do Banco de Moçambique defendeu ainda “que para termos um bom fundo soberano temos de envolver a todos, para que as pessoas sintam que os recursos pertencem ao povo e o fundo soberano é para o povo. É importante que no processo de estabelecimento do fundo que todos sejam envolvidos para trocarmos ideias”.

Juma Omar admitiu que nem toda sociedade está envolvida no processo de criação do fundo soberano de Moçambique: “Estamos actualizar a nossa base de dados porque apercebemo-nos que na conferência nem todas instituições da sociedade civil foram convidadas. Por outro lado temos de separar os debates, existe o debate político e existe o debate técnico para saber quem envolver em qual debate”.

Dólares, Rands, Yuans e Ouro constituem Reservas Internacionais de Moçambique

As Reservas Internacionais Líquidas (RILs) de Moçambique são constituídas maioritariamente por Dólares norte-americanos, Rands, Yuans e Ouro. O Banco de Moçambique (BM) explicou ao @Verdade “a constituição de reservas externas na moeda chinesa está também em linha com o processo de internacionalização desta moeda”.

Cerca de 64 por cento das Reservas Internacionais Líquidas do nosso país são constituídas em Dólares norte-americanos, 12 por cento são Rands, 10 por cento são Yuans, 6 por cento é Ouro, 4 por cento são Dólares da Nova Zelândia, 2 por cento são Dólares da Austrália, 1 por cento são Libras do Reino Unido e o 1 por cento remanescente é composto por Euros , Francos Suíços, Coroados da Suécia, Coroados da Noruega, Dólares do Canadá, Ienes do Japão e também Wons

da Coreia do Sul.

O banco central explicou ao @Verdade que as RILs, avaliadas nesta altura em 3,1 biliões de Dólares norte-americanos, são em parte constituídas em yuans pela “necessidade de observância do princípio adoptado internacionalmente (boas práticas) de Alocação de Activos de reserva de um país com base na estrutura dos seus passivos”.

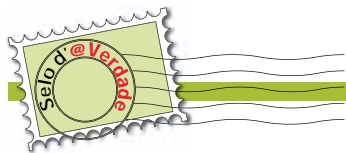
“Como é sabido Moçambique



Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

possui passivos para com a China decorrentes da necessidade de pagamentos de importações e dívida externa. Importa referir ainda que a constituição de reservas externas na moeda chinesa, está também em linha com o processo de internacionalização desta moeda e com a inclusão do RMB (Renminb) no basket (cabaz) de moedas do SDR (direitos especiais de saque do FMI)”, esclareceu ainda o BM ao @Verdade.





## A Estatística não Mente, mas Há Quem a Use Para Mentir Sem Pudor: O Exemplo das Estimativas Eleitorais em Moçambique

António Francisco

### Introdução

A estatística não mente, mas em Moçambique há quem a use para manipular a distribuição regional da população em idade de votar nas eleições gerais (presidenciais e legislativas), provinciais e autárquicas. No recenseamento eleitoral que acaba de ser realizado, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) veio a público declarar que 80% da população da província de Gaza tem 18 e mais anos de idade (18+). Como explica este fenómeno? Simplesmente não explica.

Do ponto de vista demográfico, social e estatístico, nada pode explicar que Gaza apareça subitamente com apenas 20% de adolescentes e crianças menores de 18. Os dados do Censo 2017 revelam uma tendência de redução, em vez de aumento, da idade mediana da população moçambicana, estimada em 16,6 anos em 2007. Os últimos três censos populacionais apresentaram proporções médias nacionais da população 18 e mais anos, variando entre 48% em 1997, 49% em 2007 e 45% em 2017). Esta tendência decrescente é consistente com a anterior, sobre a diminuição da idade mediana nacional, por causa do acelerado crescimento de nascimentos e crianças em idade não activa para votar. De igual modo, se compararmos os dados provinciais, em momento algum Gaza aparece com percentagens tão elevadas como declara o STAE. Em 1997, a proporção de pessoas 18 e mais anos na Zambézia foi 48% e em Nampula 49%, precisamente idênticas à de Gaza (49).

A recente contestação do Centro de Integridade Pública (CIP) dos alegados 80% de pessoas 18+ em Gaza justifica-se, mas não pelo motivo que explora. Seria surpreendente se o CIP ou qualquer investigador encontrassem algum estudo a mostrar que os pais da província de Gaza têm tido "... poucos filhos em relação aos da província da Zambézia". Não tem sentido procurar em qualquer fenómeno demográfico ou social resposta para uma percentagem que o STAE não justifica, nem se esforça para esclare-

cer. Pelo que parece, o STAE chegou aos alegados 80% de pessoas 18+, dividindo a estimativa que fez da população de Gaza neste grupo etário em 2019 (1,114,337 pessoas) pelo total da população provincial (1,422,460 pessoas) em 2017. Estranha divisão, de um valor para 2019 por outro de 2017. Se não foi esse o cálculo, ao STAE se deve esta e outras dúvidas, visto que não disponibiliza os pressupostos usados nas estimativas que divulga.

Este texto visa fundamentar e detalhar a revelação que recentemente fiz, sobre o número misterioso na população de Gaza. Uma revelação que surgiu por mero acaso, em resposta à solicitação da ADS Eleições 2019, para que interpretasse a declaração do STAE sobre os alegados 80% em Gaza e 40% na Zambézia (Francisco, 2019). O assunto motivou-me a rever as projecções da população do Instituto Nacional de Estatística (INE), a fim de melhor apreciar as estimativas do STAE.

O resultado desta breve pesquisa evidencia a subtilidade e dimensão de possíveis malabarismos estatísticos, muito mais graves do que os analistas têm percebido, ao investigarem os dados contraditórios dos órgãos de administração eleitoral e em particular do STAE.

### Contexto das Estimativas Eleitorais

A contestação dos recenseamentos e cadernos eleitorais que dele resultam tem sido recorrente, ao longo da década passada, sendo vista por certos analistas como enfraquecedor do processo eleitoral (Brito, 2011). Se os fundamentos da referida contestação podem ser diversos, um dos possíveis motivos tem sido surpreendentemente descorado. De uma maneira geral, os analistas têm depositado confiança nas estatísticas oficiais, nomeadamente os dados dos censos populacionais do INE usados como referência de comparação com os recenseamentos eleitorais.

Na falta de melhor fonte, não é por causa das taxas

de omissão dos censos do INE, em geral relativamente baixas, que se justifica questionar a sua cobertura e abrangência. Não dispondo de registos civis e de um sistema de estatísticas vitais confiáveis, não temos alternativa. Por outro lado, o INE é das poucas entidades moçambicanas que elaboram dados estatísticos nacionais, com capacidade logística e apoio financeiro suficiente, para reunir competências técnicas adequadas, a fim de elaborar projecções da população, a nível global e desagregado por províncias, distritos e localidades. Neste contexto, não havendo evidências gritantes e motivos comprovados para duvidar da qualidade das estatísticas do INE, a sua base de dados tem servido de referência confiável para estimativas com vários fins, como é o caso dos dados eleitorais.

### O Pecado Original do INE

Apesar da boa reputação do INE, imaginemos que os seus dados escondem um misterioso e grave erro, resultante de um descuido sem más intenções ou cometido propositadamente por motivos que dificilmente serão confessados?

Antes de apontar o erro misterioso, para benefício do leitor que não está familiarizado com as projecções da população do INE, vale a pena esclarecer o seguinte: desde o Censo de 1997, o INE tem disponibilizado dois tipos de projecções anuais da população (nacional e provinciais) que em princípio são ou devem ser consistentes entre si. Com base no Censo 1997, publicou projecções da população total (1997-2020) e projecções provinciais (1997-2010) (INE, 1999a, 1999b). Como previsível, o total da população moçambicana em 1997 é igual ao agregado dos totais provinciais (16,075,708 pessoas).

Surpreendentemente, as projecções baseadas no Censo de 2007 não mostram a mesma consistência (INE, 2011, 2010). Ao comparar o total nacional da agregação dos totais provinciais (ver INE, 2011) com o total das

projecções anuais (urbana e rural) da publicação de 2010 encontramos uma diferença de 986,197 pessoas. Nesta última, com projecções globais para o período 2007-2040, a população de Moçambique em 2007 é 20,632,434 habitantes. Porém, na publicação de 2011, o Quadro 1 da população projectada por província e sexo segundo idade, apresenta um total de 21,618,631 habitantes em 2007. E onde se encontra este diferencial numérico? Única e exclusivamente na província de Gaza. O total da população em 2007 de Gaza (usado pelo STAE) é 1,236,284 pessoas, mas o total no referido Quadro 1 é 2,222,481 pessoas. Todas as outras províncias, sem excepção, possuem valores coincidentes nas duas publicações.

A partir dos 2,2 milhões em Gaza, que incluem os 986 mil fantasmas a mais, a população 18+ que resultou para 2007 foi 1,225,109 pessoas. Comparando este efectivo com a estimativa da população de Gaza usada oficialmente (1,236,284), a população 18+ em 2007 representaria 99% da população desta província. Um valor demasiado escandaloso, para lhe conferir alguma credibilidade.

Até prova em contrário, as 986 mil pessoas a mais em Gaza fornecem a chave para entender a origem da alegação do STAE quanto aos 80% de pessoas 18+. Muito provavelmente, os estatísticos do STAE optaram pelos 80% na esperança que não causasse surpresa e reacção. Por isso, tem sentido suspeitar que em vez de corrigir um erro aberrante, optou-se por uma percentagem aparentemente mais modesta, baseada na divisão estranha, acima referida. À semelhança da diferença na população total de Moçambique, idêntica discrepância pode ser encontrada entre a projecção global e as projecções desagregadas por província da população 18+. Na publicação do INE de 2010, o total da população 18+ é 9,890,193 pessoas, mas nas projecções provinciais da publicação de 2011, o total é 10,505,726 pessoas. Neste caso, a di-

continua Pag. 04 →

### Pergunta à Tina...

Bom dia dra., sou um senhor de 49 anos de idade. Quero saber quais são os medicamentos caseiros para aumentar a potência sexual? Eusébio

Bom dia, Eusébio. São incontáveis os medicamentos caseiros com este objectivo. Muitos deles carecem de evidência científica. Muitos outros são motivo de negociatas pouco honestas. Então, talvez mais saudável, será confiar primariamente em produtos naturais, que são tradicionalmente considerados afrodisíacos. Eis uma lista dos mais falados: banana, melancia, abacate, tomate, canhu, morango, romã, gengibre, amendoim pipiri, pimenta; vinho tinto, chocolate, café, ostras, ovos.

Ora viva, amiga Gê Tina. Estou preocupado com minha esposa, estou com ela há cinco anos, mas neste percurso só os primeiros dois anos é que foi de sucesso perante a actividade sexual, pois o resto dos anos ou seja os últimos três, foram complicados, que até optei em sair fora do relacionamento tendo lhe traido, pois eu já não suportava com a prestação dela na cama, ficava sempre ela parada e sem nada fazer perante o acto, depois dela descobrir que eu a traía, a situação piorou, que depois foi a formação onde ficou um ano e tendo também se envolvido ela com um colega dela, algo que eu também descobri, foi difícil para mim, mas conversámos, brigámos e acabei lhe perdendo, segundo ela esta falta de vontade ou atracção sexual começou depois da sua gestação, ou seja o parto da nossa linda menina. Até hoje tenho feito todo o tipo de esforço no sentido de não voltar a trair ela, tentando lhe excitar, mas tem sido difícil, eu sinto que ela só tranza para não me deixar desanimado, mas não por desejo dela e isso me preocupa. Peço a vossa ajuda, até que as vezes ela diz que sente dor ao manter relações sexuais. Cumprimentos de dos Santos, Nampula

Ora viva, amigo dos Santos, que pena que vocês estão a passar por uma situação tão preocupante. E a vossa linda menina também certamente se estará a ressentir. Por mais pequena que uma criança seja, sempre recebe algum impacto num lar em que os pais brigam e onde paira uma nuvem negativa. A única ajuda que posso dar, é aconselhar muita calma, honestidade e diálogo permanente. Vocês têm que conversar com respeito mútuo e tentar encontrar o melhor caminho para todos, sem violências. Devem pensar no futuro da criança e evitar que ela sofra mais traumas psicológicos. Boa sorte!

### Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A  
Telemóvel: 258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479  
Telemóvel: 258 86 45 03 076

E-mail: [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

→ continuação Pag. 03 - A Estatística não Mente, mas Há Quem a Use Para Mentir Sem Pudor: O Exemplo das Estimativas Eleitorais em Moçambique - António Francisco

ferença reduz para 615,533 pessoas, porque apenas abrange o grupo etário 18+.

## Impacto dos 986 mil Fantasmas

Qual é a razão do número fantasma e misterioso que aparece inesperadamente em Gaza? De imediato, a única explicação sensata e justificável é ter sido introduzido, inadvertida ou intencionalmente. Um erro, seja ele intencional ou não, mas um erro muito grave. Como escapou à atenção dos analistas, durante tanto tempo? Talvez porque a nível oficial e do consumo público, a estimativa da população total moçambicana em 2007, oficialmente referida é 20,6 milhões, em vez dos 21,7 milhões. Do mesmo modo, sempre que se menciona a população de Gaza, o valor usado para 2007 é 1,3 milhões e não os 2,2 milhões que incluem os 986 mil fantasmas a mais em Gaza.

Mas convém não ser ingénuo. É improvável que o STAE não tenha reparado que algo de errado existia.

Não é preciso muita atenção para perceber que um número fantasma estava a inflacionar a população de Gaza, ao ponto de fazer com que o total da população 18+ ficasse idêntico (99%) à população total da província. Para se obter um efectivo de 1,2 milhões em 2007, seria preciso que a população de Gaza tivesse crescido entre

1997 e 2007 a uma taxa média anual de 7,1%. É improvável que alguém no STAE, com o mínimo de sensibilidade estatística, não tenha reparado na inconsistência numérica aqui revelada.

Uma vez desvendado o segredo dos alegados 80% de pessoas 18+ anos em Gaza, fica claro que o mistério é muito mais simples e fácil de explicar do que parecia. Todavia, enquanto esse fantasma numérico não for removido das estatísticas que estamos a usar ele poderá continuar a deturpar nossas análises, opções e acções políticas e operacionais. Por exemplo, antes mesmo do problema da alocação de brigadas, colocado pelo CIP (2019), o valor desvendado aqui afecta a distribuição regional da população eleitoral. Isto é visível no Gráfico 1, elaborado após ter removido o referido valor e estimar a evolução da população eleitoral entre 2017 e 2019. O valor fantasma altera o efectivo eleitoral em Gaza, em cerca de 457 mil pessoas, como indiquei na entrevista à ADS Eleições 2019, no passado dia 2 de Junho (Francisco, 2019).

Quanto à estimativa de 700 mil potenciais eleitores excluídos no Norte e Centro do país, após rever as projecções de crescimento entre 2017 e 2019, admito que a dimensão da omissão seja muito maior do que estimei inicialmente. O Gráfico 2 mostra que a exclusão de eleitores no Norte e Centro

poderá exceder mais de 900 mil pessoas, dos quais 500 mil em Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Na Zambézia a omissão poderá exceder as 400 mil pessoas. No Sul, apenas a Província de Maputo mostra uma omissão na ordem de 34 mil pessoas.

Como o STAE (2019) já divulgou os dados das pessoas inscritas no recenseamento, foi possível preparar o Gráfico 2, comparando a diferença entre o número de pessoas inscritas e a estimativa com base nos dados (corrigidos) do INE. Neste caso, a omissão de eleitores no Norte e Centro aumenta para cerca de dois milhões (1,2 milhões no Norte e 880 mil no Centro). Todas as províncias do Norte e Centro mostram défices mais ou menos significativos nos registos eleitorais. No Sul, enquanto Gaza apresenta um excedente de eleitores acima de 475 mil pessoas, a Província de Maputo é a única província com um nível substancial de omissão (cerca de 193 mil). Por isso, o balanço do excedente de eleitores no sul poderá rondar mais de 220 mil eleitores.

## Conclusão e Comentário Final

A revelação apresentada e fundamentada neste texto pode motivar diversas interpretações: técnicas, políticas e morais ou éticas. Não há espaço para as discutir aqui, nem era esse o propósito desta reflexão. Também não procurarei especular ou antecipar, como fez o CIP, se Filipe Nyusi vai ou não ganhar

mais 370 mil votos. Esta ou outras hipóteses não irão depender apenas da forte base manipulativa proporcionada pelas estatísticas do INE ao STAE. Não menos importante, a maior ou menor capacidade de o candidato presidencial da Frelimo captar votos vai depender de outras formas de manipulação, a vários níveis, como seja, na contagem, verificação, controle e aprovação dos resultados finais.

Sobre os dados estatísticos, limito-me a adiantar que o exemplo aqui apresentado ilustra bem como um “pequeno” erro pode provocar inúmeros equívocos e especulações. Em devido tempo veremos como é que o STAE, habituado que está a provocar dúvidas e desconfianças, por motivos alheios à qualidade dos dados estatísticos, irá lidar com as implicações da revelação do segredo dos alegados 80% em Gaza. Quanto ao INE, infelizmente, também não sai nada bem neste retrato. Se bem que o grave erro aqui demonstrado não seja suficiente para pôr em causa a boa reputação que o INE conquistou, em nada o beneficia a situação ridícula em se colocou. O mínimo que espero que faça, para se redimir do erro, é que o corrija, porque os dados da evolução estatística continuarão a fazer parte das análises dos utilizadores dos produtos do INE. E depois deste precedente, vamos esperar pelas novas projecções nacionais e provinciais com base no Censo 2017.

## Principais Referências

Brito, L. de, 2011. Revisão da Legislação Eleitoral: Algumas Propostas para o Debate, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), Desafios Para Moçambique 2011. IESE, Maputo, pp. 91-107.

CIP, 2019. Filipe Nyusi ganha mais 370 mil votos com a manipulação do recenseamento. Eleições Gerais 2019.

Francisco, A., 2019. Manipulação Estatística Exclui Cerca de 700 Mil Potenciais Eleitores em Três Províncias do Centro e Norte e Acrescenta cerca de 600 mil nas Províncias do Sul. Eleições ADS 2019 Ano 01, no 6.

INE, 2011. III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 (Censo 2007): Resultados Definitivos, Estudos e Análise de Dados, CD. Instituto Nacional de Estatística (INE), Maputo.

INE, 2010. Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 - 2040). Instituto Nacional de Estatística (INE).

NE, 1999a. Projecções Anuais da População Total, 1997-2020 Moçambique (No. Estudos No 1). Instituto Nacional de Estatística (INE), Maputo.

INE, 1999b. Projecções Anuais da População por Província e Área de residência, 1997-2010.

STAE, 2019. Recenseamento Eleitoral, Evolução dos Níveis de Registo de Eleitores (1994-2019). Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Maputo.

# ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
[averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



O Jornal mais lido em Moçambique.



## Estratégia de Moçambique para zona de livre-comércio africana é “criar agregados de supplier side para exportar em simultâneo” de África para o mundo



A entrada em vigor do Tratado Continental Africano de Livre-Comércio, no próximo mês de Julho, criará um mercado de 1,2 bilião de consumidores no nosso continente, porém para o ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, Ragendra de Sousa, o potencial é “criar agregados de supplier side (...) para exportar em simultâneo” de África para o mundo. Mais céptico Kekobad Patel, do sector privado, alertou que “se vamos abrir de qualquer maneira podemos ter problemas como tivemos com a integração na SADC (...) o vizinho mais forte entrou e matou toda indústria”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

## Mortes por malária reduziram em Moçambique mas os doentes aumentaram para 3,8 milhões

As mortes por malária reduziram durante os primeiros seis meses de 2019 em Moçambique, foram 425 óbitos comparativamente aos 545 registados em igual período do ano passado, porém a chefe do departamento de Epidemiologia no Ministério da Saúde (MISAU), Lorna Gujral, indicou que o número de doentes aumentou para 3,8 milhões e não esclareceu que as pulverizações intra-domiciliárias não estão a acontecer devido a crise económica.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

“Entre o dia 1 de Janeiro até ao dia 10 de Junho o país registou cerca de 3,8 milhões casos de malária e 425 óbitos, contra 3,6 milhões casos e 545 óbitos (em igual período do ano passado). Registamos uma redução acentuada no número de óbitos”, assinalou a Dra. Lorna Gujral em conferência de imprensa na passada quinta-feira (13) na Cidade de Maputo.

A responsável pela Epidemiologia no MISAU explicou que: “A situação da malária no presente ano sofreu algumas alterações devido as intensas chuvas que tivemos nos ciclones, portanto algumas províncias registaram



um ligeiro aumento de casos como era esperado, isto devido ao acúmulo de água”.

No entanto esta explicação parece ser desmentida pelos dados detalhados do próprio Ministério da Saúde que indicam que a

principal causa de internamento hospitalar em Moçambique aumentou nas províncias de Namãpula, Zãmbãzia, Tete e Manica que não foram substancialmente fustigadas quer pelo Ciclone Idai assim como pelos Kenneth. Aliás o Sistema de Informação

de Saúde de Moçambique para Monitorização e Avaliação (SISMA) revela que nas províncias de Sofãlia e de Cabo Delgado os doentes de malária até reduziram, comparativamente ao 1º semestre de 2018.

Questionada pelo @Verdade porque razão durante este ano quase não aconteceram acções de pulverização intra-domiciliária a chefe do departamento de Epidemiologia no Ministério da Saúde declarou que “há critérios para a identificação dos distritos, há distritos que são seleccionados que foram pulverizados no ano passado, há outros que foram seleccionados e

continua Pag. 06 →





→ continuação Pag. 05 - Estratégia de Moçambique para zona de livre-comércio africana é "criar agregados de supplier side para exportar em simultâneo" de África para o mundo

O tratado, que tem como objetivo criar a maior zona de livre-comércio do mundo, completou no dia 30 de Abril o limiar legal ao ser ratificado por um mínimo de 22 nações, embora esse número já some 23 países incluindo Moçambique, África do Sul, Quênia ou o Egito.

Na óptica do comissário do Comércio e Indústria da Comissão da União Africana (UA), Albert Muchanga, é "Marco histórico!", "Celebramos o triunfo de um compromisso cego, pragmático e continental com a integração económica", afirmou na sua conta na rede social Twitter onde anunciou que o tratado será ratificado no dia 7 de Julho, durante a Cimeira da UA que vai acontecer em Niamey, no Níger.

Na sua primeira fase operacional, o acordo de livre-comércio busca remover as tarifas de 90 por cento dos produtos de cada país, o que se espera possa impulsionar o comércio entre os países africanos, que hoje é cerca de 17 por cento do comércio total no continente, e depois estenderá aos serviços.

Moçambique que em 2018 gastou 6,1 biliões de Dólares norte-americanos em importação adquiriu 2,2 biliões da Ásia e 1,8 bilião de África, dos quais 1,6 bilião apenas da África do Sul. As importações de África além lá da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) totalizaram somente 46 milhões de Dólares

norte-americanos.

No sentido contrário o nosso país realizou exportações no montante de 5,2 biliões de Dólares norte-americanos principalmente para a Ásia, 2,2 biliões particularmente para a Índia. Para países africanos Moçambique exportou apenas 1 bilião de Dólares norte-americanos tendo como principal destino a África do Sul, as exportações para África fora da SADC cifraram-se em apenas 46 milhões de Dólares norte-americanos.

**"Temos agora camiões barrados na África do Sul de ferro transformado em Moçambique, não faz nenhum sentido"**

Questionado pelo @Verdade sobre o que Moçambique está a fazer no âmbito desta integração o ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, Ragendra de Sousa, começou por tentar dar uma lição de economia: "As economias não se fazem com discursos, elas fazem-se com fluxos de bens e serviços. A abertura e a saída do mercado único é uma ideia que é progressiva. Vamos voltar ao século passado, o fim da produção é o consumo, se o fim da produção é o consumo quem são os consumidores? São africanos, são europeus, são asiáticos".

"O facto de já ter sido aber-

to, a grande vantagem é que faz das economias africanas procurarem complementaridade. Eu sou exportador de açúcar, a Swazilândia (agora Eswatini) também é, então nós somos competidores. Eu sou produtor de capulanas e a Tanzânia também. Então a abertura do mercado faz dar o primeiro passo da África perceber que para ter uma posição no mercado mundial tem que criar agregados de supplier side, em vez de Moçambique exportar caju sozinho tem que criar mecanismos para exportar em simultâneo com a Tanzânia e com a Zâmbia, é isto que o mercado comum africano tem que começar a fazer", explicou Ragendra de Sousa.

Na perspectiva do ministro moçambicano, embora Moçambique ainda não tenha "comboio, não tenho estrada, não tenho avião mas tenho a cabeça para pensar e fazer agregados de supplier side que eu vá aos mercados consumidores com uma capacidade de ter preço mais favorável a todos".

Diante da pergunta do @Verdade sobre como Moçambique espera impulsionar as trocas comerciais dentro de África o ministro Ragendra de Sousa não tem grandes expectativas. "Naquilo que formos complementares, onde a vantagem absoluta existe claro que vamos tentar. A Swazilândia quer co-

mer camarão, primeiro eu tenho que lá ir ensinar-lhe porque eles não sabem. Ao Zimbabwe tenho que mostrar o que é praia, portanto são estas oportunidades que o comércio africano vai trazer e vai dar".

Indagado sobre que taxas o nosso país pretende cortar para 0, como um dos primeiros objectivos do acordo de livre-comércio, o ministro da Indústria e Comércio revelou que Moçambique já colocou em 0 todas as taxas de importação e exportação dentro da SADC, no entanto ressaltou: "eu tenho que ir a África do Sul falar com o meu colega para implementarmos, mas se nós não fizermos nada a culpa não é deles é nossa. Já o fizemos falta exigir a implementação. Temos agora camiões barrados na África do Sul de ferro transformado em Moçambique, não faz nenhum sentido".

"Quer beber uma 2M em Johannesburg e tem dificuldades. Aqui está o papel do empresário, está o papel do Estado. O nosso papel é dizer tirem as barreiras, o empresário tem que ser agressivo. Eu já assinei com o Rob Davis há seis meses (remoção das barreiras) para abrir para o comércio, investimento e serviços. Comércio é tudo, investimento é tudo, serviços é tudo", disse ao @Verdade o ministro Ragendra de Sousa.

**"Nós se vamos abrir de qualquer maneira podemos ter problemas" com o Tratado Continental Africano de Livre-Comércio**

Mais céptico em relação ao Tratado Continental Africano de Livre-Comércio está o sector privado moçambicano, Kekobad Patel recordou ao @Verdade o tempo que demorou para a remoção da tarifas nas trocas dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, "há quantos anos é que temos a SADC, desde o ano 2000 e só depois de 10 anos chegamos a taxa 0 com a África do Sul, toda a mercadoria que entra da África do Sul não paga nada e o que nós exportamos também não pagamos nenhuma tarifa aduaneira".

Na óptica do presidente do pelouro de política fiscal e comércio externo da Confederação das Associações Económicas (CTA): "É preciso nós fazermos uma oferta do que liberalizamos a taxa 0, mas temos de dar algum tempo às empresas nacionais para se confrontarem com estes desafios".

"Noutros países os governos apoiam as exportações, nós se vamos abrir de qualquer maneira podemos ter problemas como tivemos com a integração na SADC por não terem envolvido o sector privado desde o início, o vizinho mais forte entrou e matou toda indústria", alertou Kekobad Patel.

→ continuação Pag. 05 - Mortes por malária reduziram em Moçambique mas os doentes aumentaram para 3,8 milhões



serão pulverizados este ano, nem sempre se implementam as duas medidas de prevenção".

Porém o @Verdade apurou que as campanhas de pulverização intra-domiciliária não aconteceram durante os primeiros seis meses de 2019 devido a escas-

sez de fundos para a aquisição do produto usado assim como para a remuneração das pessoas envolvidas no processo que tem sido financiado pelos Parceiros de Cooperação que têm vindo a reduzir os seus apoios financeiros desde a descoberta das dividas ilegais da Proindicus e MAM.

## 300 empregados domésticos, dos 487 mil existentes em Moçambique, descontam para Segurança Social

Apenas 300 empregados domésticos, que comemoraram o seu Dia Internacional neste domingo (16), descontam para o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS). A Secretária-geral do Sindicato Nacional dos Empregados Domésticos (SINED) apontou os salários baixos, o assédio sexual e a falta de um horário fixo como os principais problemas da classe composta por mais de 487 mil trabalhadores em Moçambique.

Texto: Redacção

No Dia do Massacre de Mueda, Dia da Criança Africana e Dia do Metical o mundo celebra também o Dia Internacional dos Trabalhadores Domésticos. No nosso país, de acordo com o Censo de 2017, existem 487.729 empregados domésticos no entanto o director do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Cidade Maputo, Jafar Buana, revelou que somente 1.700 deles estão inscritos no INSS dos quais só 300 empregados canalizam os seus descontos ao INSS.

"(...)Aproveito esta ocasião para apelar a todos os empregados domésticos a inscreverem-se no INSS, porque nunca se sabe o que será o amanhã e este poderá ser a nossa mão, o nosso olho, a nossa perna", disse Buana na praça dos Heróis Moçambicanos.

Para Secretária-geral do Sindicato Nacional dos Empregados Domésticos (SINED), Maria Joa-



quim, os salários baixos, o assédio sexual a falta de um horários de trabalho fixo são os principais problemas da classe.

"É uma classe desvalorizada mas com a ratificação da convenção 189 talvez vamos ter um bom ambiente, nós precisamos de trabalho decente no sector do-

méstico", perspectivou Maria Joaquim em alusão ao desejo da classe ver o Governo a ratificar a Convenção sobre trabalhadoras e trabalhadores domésticos das Nações Unidas que poderá estabelecer um número fixo de horas de trabalho semanais e diária assim como proteger a classe de demissões sem justa causa.

**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
**averdademz@gmail.com**

**@Verdade**  
O Jornal mais lido em Moçambique.



## Demora na substituição de Gamito confirma drama e muito trauma na sua saída do Conselho Constitucional

Passaram 13 dias desde que Hermenegildo Gamito deixou a presidência do Conselho Constitucional (CC) confirmando que afinal existe drama e muito trauma na renúncia que aconteceu após a divulgação do Acórdão que declarou que o partido Frelimo violou a Constituição da República de Moçambique.

Texto & Foto: Adérito Caldeira



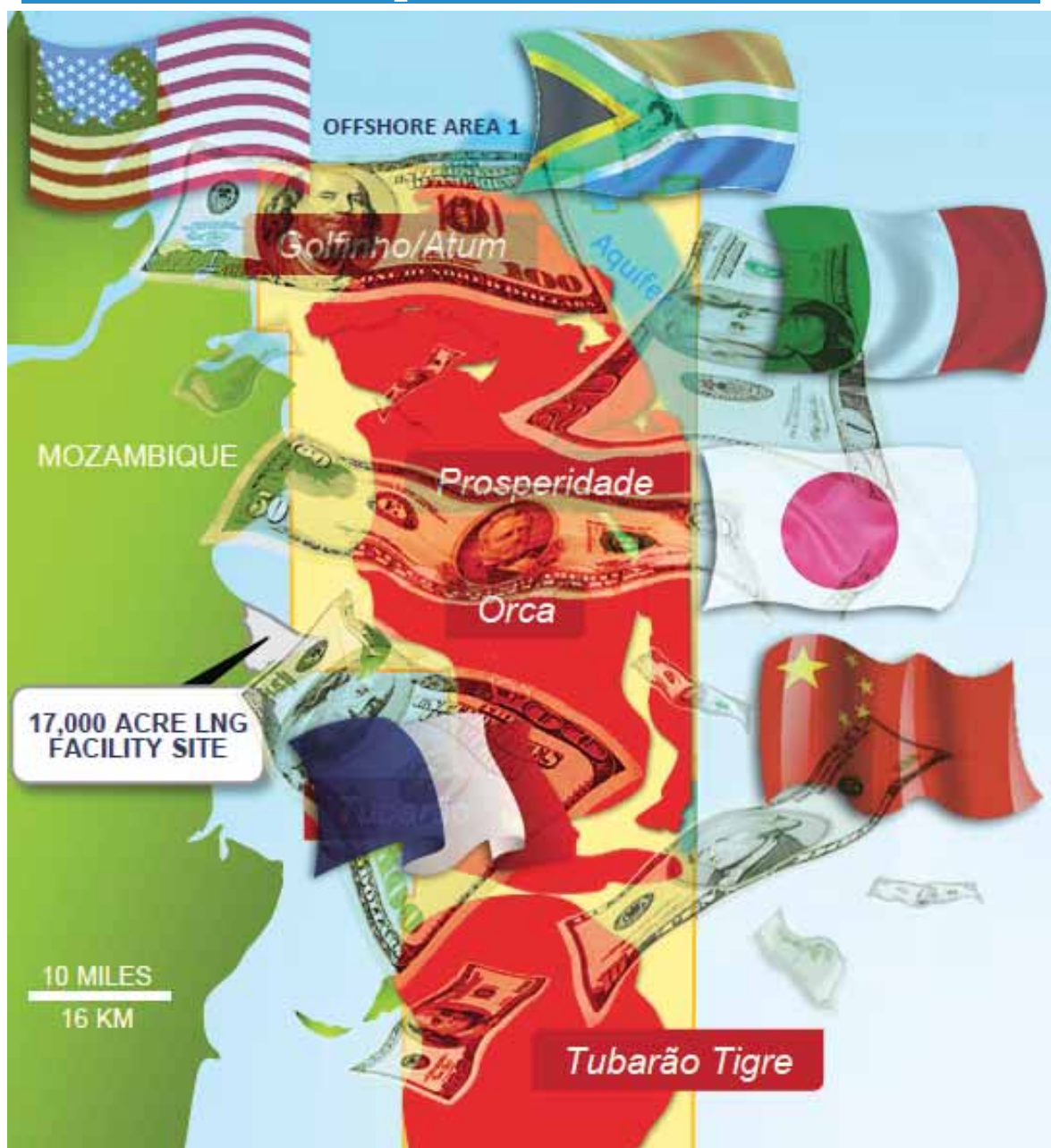
Embora Hermenegildo Maria Cepeda Gamito tenha afirmado no passado dia 05, quando anunciou em conferência de imprensa a sua renúncia, que em Fevereiro havia informado ao Presidente da República, Filipe Nyusi, do desejo de deixar o cargo que ocupava desde 2011 o facto é que o Conselho Constitucional continua sem um presidente.

Contrariamente a garantia de Gamito, que saía "sem drama e sem trauma" e "por respeito e consideração e dar tempo para que o meu sucessor possa, no contexto deste que é um ano eleitoral e que vamos ter muito trabalho, que tenha tempo suficiente para se familiarizar com esta casa", a verdade é que não está a ser fácil para o Chefe de Estado, a quem a Constituição atribui a competência de nomear o presidente do CC, escolher um substituto.

Para além de dirigir a última instância que vai dirimir eventuais conflitos que possam ocorrer nas Gerais de 2019 e confirmar os vencedores desse pleito o futuro presidente do Conselho Constitucional terá de participar na fiscalização da constitucionalidade dos empréstimos das empresas Proindicus e MAM, decisão que Hermenegildo Gamito deixou "contaminada" com a declaração de nulidade do empréstimo contraído pela EMATUM.

Ademais o futuro presidente do Conselho Constitucional irá empossar o futuro Presidente de Moçambique, que é mais do que provável que seja quem o vai nomear.

## Moçambique deve 2,2 biliões de Dólares a bancos dos EUA, África do Sul, Itália, Japão e China ...dívida da ENH poderá ascender a 5,5 biliões



O nosso país torna-se a partir desta terça-feira (18) devedor das agências de crédito à exportação dos Estados Unidos da América, África do Sul, Itália, Japão e China em virtude da Garantia Soberana de 2,25 biliões de Dólares que o Governo concedeu à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para participar dos investimentos na Área 1 do Bloco do Rovuma. O @Verdade apurou que até ao final de 2019 o braço empresarial do Estado nos projectos de petróleo e gás poderá elevar a sua dívida, que também é do povo moçambicano, até os 5,5 biliões de Dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

## Anadarko anuncia concursos públicos em Moçambique mas não divulga resultados

A petrolífera Anadarko, que lidera o consórcio que vai explorar o gás natural existente nos campos de Atum e Golfinho da Área 1, na Província de Cabo Delgado está a esconder que os vencedores dos concursos públicos que tem lançado em Moçambique não são empresas moçambicanas. Entre 2018 e o 1º semestre de 2019 quase um bilião de Dólares com fornecedores estrangeiros.

Texto: Adérito Caldeira

Desde o início do ano têm sido publicados, particularmente no diário que clama ser o de maior circulação no nosso país, anúncios de "Manifestação de Interesse" para o provimento de serviços ou bens a petrolífera Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1).

Desde a construção de um aeródromo aos serviços de gestão da infra-estrutura, a construção da estrada para Palma, construção da vila de reassentamento e da cidadela para os funcionários, equipamentos de apoio submarino, veículos blindados, serviços

aéreos regulares, evacuação médica por helicóptero, programa de controlo da malária ou mesmo a concepção de um sistema de abastecimento de água para as comunidades em Afungi são várias dezenas os pedidos de Manifesta-

continua Pag. 08 →





→ continuação Pag. 07 - Moçambique deve 2,2 biliões de Dólares a bancos dos EUA, África do Sul, Itália, Japão e China... dívida da ENH poderá ascender a 5,5 biliões

A assinatura da Decisão Final de Investimento (DFI) pelo Governo de Filipe Nyusi e o Consórcio que vai explorar os campos Golfinho & Atum da Área 1, na Província de Cabo Delgado, assinala também o início de novas dívidas para os moçambicanos.

A primeira é de 2,25 biliões de Dólares norte-americanos para financiar a participação de 15 por cento da ENH na exploração directa dos 75 triliões de pés cúbicos de gás natural que serão extraídos e liquefeitos no Distrito de Palma, se tudo correr bem, a partir de 2024.

O ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, que tem garantido que a Garantia Soberana para esse financiamento “tem uma probabilidade de execução muito baixa”, precisou ao @Verdade que a mesma será emitida à favor das agências de crédito à exportação (abreviadamente designadas ECA, na sigla inglesa) que estão a financiar o projecto avaliado em 26,57 biliões de Dólares norte-americanos.

Embora seja acionista na rentável exploração de gás natural de Inhambane a estatal moçambicana não tem activos tangíveis de valor significativo e as suas con-

tas auditadas mais recentes são de 2017 com graves violações às regras básicas de contabilidade, portanto a ENH como não tem colaterais para fornecer aos bancos e por isso o povo tem de servir de garante.

Financiam este Consórcio - do qual além da ENH fazem parte a norte-americana Anadarko, a japonesa Mitsui, a tailandesa PTT Exploration & Production, e as indianas ONGC, Barhat Petro Resources e Oil India - o Exim Bank dos Estados Unidos da América, o Exim Bank da África do Sul, o Exim Bank da Itália, o Exim Bank do Japão e também e o Exim Bank da China.

Apesar dos governantes moçambicanos afirmarem que a Garantia será substituída assim que a fábrica de Liquefação do gás estiver erguida em Palma o @Verdade apurou que a maturidade deste financiamento é de 30 anos, portanto formalmente estaremos endividados até 2049.

#### Dívida Pública de Moçambique volta a aumentar para 117 por cento e irá manter-se insustentável até 2024

Entretanto, ainda durante o ano de 2019, braço empresa-

rial do Estado nos projectos de gás natural deverá ter de financiar a sua participação em noutro Consórcio, o Moçambique Rovuma Venture, que se prepara para efectuar a sua Decisão Final de investir 25 biliões de Dólares nos campos unificados de Mamba e Prosperidade, também em Cabo Delgado.

Projeções da ENH indicam que a quota de 10 por cento custará 1,4 bilião de Dólares em investimento que o @Verdade apurou não será através de Garantia Soberana, enquanto Moçambique não resolver as dívidas ilegais os financiamentos bancários são difíceis e caros.

O @Verdade sabe que a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos será carry (pode ser traduzida como “levada ao colo”) pelos seus parceiros ExxonMobil, a Chinese National Petroleum Corporation, a portuguesa Galp e a sul-coreana Kogas. Ou melhor as petrolíferas estrangeiras pagam agora e Moçambique fica em dívida a ser paga em condições que não são públicas, numa operação similar a que foi realizada pela ENH participar da Fábrica Flutuante de Gás Natural Liquefeito (FLNG no acrónimo em língua inglesa) que está a ser construída

para extrair gás no campo de Coral Sul da Área 4.

Com estes novos endividamentos o stock da Dívida Pública de Moçambique que havia baixado dos 137,6 por cento do Produto Interno Bruto registados em 2016 para 110,4 por cento em 2017 e ficou-se pelos 110,5 por cento no ano passado deverá voltar a aumentar para 117 por cento, de acordo as projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional, e irá manter-se em níveis de insustentabilidade previsivelmente até iniciarem as receitas do gás natural em 2024.

#### Dívidas da ENH deverão ascender a 5,5 biliões de Dólares

Contudo o @Verdade apurou que além das dívidas para os necessários investimentos a partir do momento em que o Consórcios onde participa anunciam a DFI a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos é obrigada, pelos contratos de Concessão, pagar as despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa. Por exemplo, pela FLNG que está a ser erguida para o Campo de Coral na Área 4 esses custos foram quantificados em

306.124.806 Dólares norte-americanos.

O @Verdade descortinou, na Conta Geral do Estado de 2017, que a Anadarko investiu desde o início das suas actividades nos campos Golfinho & Atum na Área 1, em 2007, pelo menos 5 biliões de Dólares norte-americanos, ora 15 por cento desse valor são pelo menos 750 milhões de Dólares que a ENH poderá ter a pagar já a partir desta terça-feira (18).

Acontece que Empresa Nacional de Hidrocarbonetos e o Estado moçambicano não têm dinheiro que constituirá novas dívida que contratualmente deve ser paga em Dólares norte-americanos, sob a forma de cost oil, e está sujeito a juros à taxa LIBOR, acrescida de um ponto percentual, que vencem desde a data em que foram incorridos até ao reembolso integral.

Portanto até ao final de 2019 o endividamento da ENH, e consequentemente do povo moçambicano, deverá ascender a 5,5 biliões de Dólares norte-americanos... enquanto isso a instituição dirigida por Omar Mithá não consegue publicar as contas auditadas do exercício de 2017 e muito menos de 2018.

→ continuação Pag. 07 - Moçambique deve 2,2 biliões de Dólares a bancos dos EUA, África do Sul, Itália, Japão e China... dívida da ENH poderá ascender a 5,5 biliões

ção de Interesse” que no entanto não são seguidos de anúncios a indicar a quem foram adjudicados e nem mesmo os montantes acordados.

O Relatório de Contas da Anadarko Petroleum Corporation indica quem em 2017 a empresa gastou 525 milhões de Dólares em Moçambique e outros 444 milhões foram gastos nas actividades que estão a decorrer antes da Decisão Final de Investimento, que será anunciada nesta terça-feira (18).

Pedido de informação formais do @Verdade à AMAI sobre os vencedores de cada concurso não tem sido respondidos desde finais do ano passado.

Questionado pelo @Verdade, em Novembro de 2018, o vice-presidente da Anadarko e director-geral em Moçambique, Steve Wilson, apenas declarou “Não tenho os números”.

A verdade é que nenhuma das grandes obras ou serviços, que

até estão a ser prestados por cidadãos moçambicanos, não foram adjudicados a empresas moçambicanas.

Paralelamente outros serviços e bens de grande envergadura e com custos bilionários, como é o caso da fábrica de liquefação de gás, tem sido adjudicados directamente a fornecedores estrangeiros.

Enquanto isso o Governo de Filipe Nyusi, tal como o seu antecessor, continua a manter na gaveta a Lei de Conteúdo Local quem dentre outras vantagens, iria garantir pelo menos uma percentagem fixa de negócio directo com a Anadarko às Pequenas e Médias Empresas moçambicanas. Aliás o Chefe de Estado não se tem problemas em afirmar que essa lei depende da boa vontade das petrolíferas assim como o gás natural que é destinado ao mercado doméstico, o @Verdade apurou que as quantidades não estão contratualizadas mas antes à discrição da Anadarko.

## Diarreias reduziram durante o 1º semestre em Moçambique

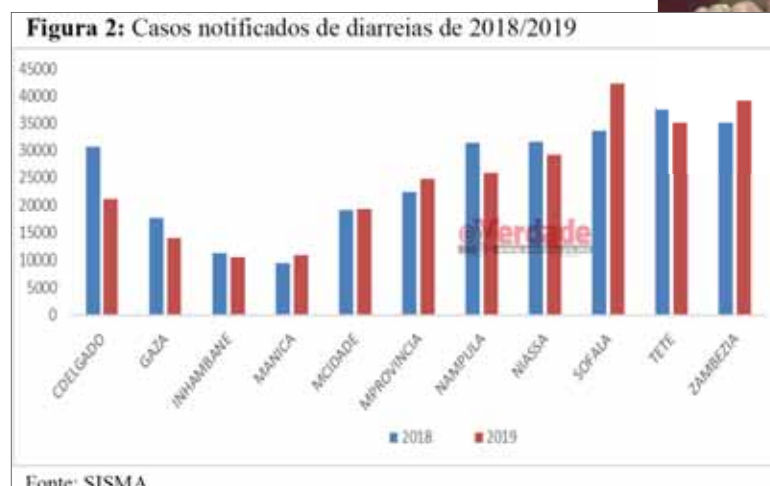
Os casos de diarreia em Moçambique, entre Janeiro e Junho, registaram uma “ligeira descida, quer no número de casos quer no número de óbitos”, revelou a chefe do departamento de Epidemiologia no Ministério da Saúde (MISAU), Lorna Gujral, que indicou terem sido registados “269 mil casos com 192 óbitos, contra 269 mil casos e 200 óbitos”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Lorna Gujral justificou a diminuição de 269.911 casos no 1º semestre de 2018 para 262.372 doentes desde o início do ano, “devido a questão dos ciclones tivemos uma mudança no perfil epidemiológico, isto devido as condições de saneamento do meio que ficaram seriamente degradadas, tivemos um aumento de diarreias por diversas causas”.

Os dados detalhados do MISAU mostram que o maior número de doentes foi registado na Província de Sofala, cerca de 45 mil.

No entanto aumentos significativos, comparati-



vamente a igual período do ano passado, registaram-se nas província da Zambézia e de Manica, esta última que havia sido a Província com o menor número de casos em 2018 perdeu a posição para Inhambane que registou cerca de 10 mil doentes.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



twitter.com @verdademz



## Presidente Nyusi realiza segunda visita de Estado à Portugal em Julho

A Comissão Permanente da Assembleia da República autorizou o Presidente Filipe Nyusi a realizar a sua 2ª visita de Estado à Portugal no início de Julho.

Texto: Redacção

A convite do Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, o Chefe de Estado moçambicano visitará o país europeu nos próximos dias 2 e 3 de Julho.



Não é ainda conhecida a agenda pública da visita mas para além dos encontros com o seu homólogo e o primeiro-ministro, António Costa, o Presidente Nyusi deverá reunir com a comunidade moçambicana residente em Portugal.

O @Verdade apurou que Filipe Nyusi, que além de membros do seu Governo será acompanhado por uma delegação de empresários, irá participar da IV Cimeira Portugal-Moçambique.

É a terceira deslocação do Presidente Filipe Nyusi à Portugal porém será a 2ª visita de Estado, a primeira aconteceu em Julho de 2015.

## Governo ignora iminente perda de 3 mil postos de trabalho na Açucareira de Mafambisse



O Governo de Filipe Nyusi está a ignorar a iminente perda de mais de 3 mil postos de trabalho permanente e milhares de outros sazonais na Açucareira de Mafambisse na sequência dos escândalos financeiros em que o principal accionista, a empresa sul-africana Tongaat Hulett, está envolvida acumulando uma dívida bancária de 11 biliões de rands. "Eles estão só a tirar matéria-prima, cortam a cana, carregam para a fábrica para processar e não estão a tratar a plantação que deixou de ser até regada, eles cortam e abandonam, eles não querem isto", revelou ao @Verdade o Secretário do Comité Sindical da empresa onde o Estado é accionista minoritário.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

## DFI na Área 1 rubricada sem a presença do maior partido de oposição e com música estrangeira

"Hoje damos um passo real para o progresso de todos os moçambicanos e das gerações vindouras" afirmou nesta terça-feira (18) o Presidente Filipe Nyusi, após testemunhar a assinatura da Decisão Final de Investimento (DFI) entre o ministro dos Recursos Minerais e Energia e o CEO da Anadarko, que lidera o Consórcio que vai investir 25 biliões de Dólares em Moçambique. O deputado do MDM Lutero Simango foi o único representante dos partidos de oposição num evento onde também faltou a música moçambicana.

Texto: Adérito Caldeira

Num evento em tons de verde, quicá tentando dar a impressão que o gás natural, que os cientistas hoje sabem ser mais poluente que o carvão mineral, é uma energia limpa, a música moçambicana também esteve ausente. Salvo algumas batucadas a música sul-africana dominou o evento que abriu ao som do "The Lion Sleeps Tonight" e "Pata Pata".

Ernesto Max Tonela, em representação do Governo de Moçambique, e Al Walker, CEO da Anadarko e representante do consórcio formado pela japonesa Mitsui, a tailandesa PTT Exploration & Production, as indianas ONGC, Barhat Petro Resources e Oil India e pela ENH, rubricaram o maior investimento privado de sempre em África e em Moçambique que irá tornar o nosso país no maior produtor e exportador de Gás Natural Liquefeito (GNL) do continente.

"Hoje damos um passo real para o progresso de todos os moçambicanos e das gerações vindou-



ras (...) com este acto testemunhamos a garantia de cumprimento pelas partes da exploração de um recurso fundamental para a prossecução de um Moçambique melhor e próspero", declarou o Presidente Nyusi que teve como convidados de honra o Rei de Eswatini, o Presidente do Zimbábue e o primeiro-ministro do Lesoto.

Ignorando que a oposição estava apenas representada pelo deputado do Movimento Democrático de Moçambique, Lutero Simango, o Che-

fe de Estado prometeu que este investimento "é o caminho que nos permitirá para o desenvolvimento sustentável, integrado e inclusivo e será o veículo firme para uma justiça social efectiva no nosso país", só faltou Nyusi declarar que o futuro melhor começava em 2024.

A verdade é que os milhares de empregos que hoje já estão criados, muitos deles para naturais de Palma, vão perder-se quando a produção do gás natural iniciar-se tal como perderam-se na Matola, após a Mozal iniciar a produção de alumínio, em Inhambane após a Sasol começar a extrair o gás natural e desapareceram em Tete depois da terra começar a ser escavada.

Pelo meio Moçambique terá de encontrar uma solução das as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM mas também pagar as dívidas legais da Empresas Públicas, só a ENH deve 5 biliões de Dólares, e ainda pagar os Títulos do Tesouro que continuam a ser vendidos.





→ continuação Pag. 09 - Governo ignora iminente perda de 3 mil postos de trabalho na Açucareira de Mafambisse

No final do mês de Maio a Administração da empresa Tongaat Hulett informou aos seus accionistas na Bolsa de Valores de Joannesburgo, na África do Sul, que o Relatório e Contas auditado do exercício económico de 2018 tinha de ser “revisto” pois não refletia a situação financeira de forma correcta.

A imprensa económica sul-africana reportou que desde 2015 as acções da Tongaat Hulett desvalorizaram de 173 rands para 53,17 rands, no início de 2019, e estavam cotadas a 13,50 rands antes de serem suspensas da Bolsa de Valores de Joannesburgo e também do mercado secundário da Bolsa de Valores de Londres, no Reino Unido. A empresa deve 11 biliões de rands a vários bancos.

Vários executivos demitiram-se com destaque para o Chief Executive Office do grupo Tongaat Hulett, Peter Staude, assim como do Chief Finance Office, Murray Munro. O @Verdade apurou que Rosário Cumbi, o responsável pela operação da empre-



sa em Moçambique também deverá renunciar em breve.

O @Verdade abordou o primeiro-ministro na passada quarta-feira (12) para saber se o Governo de Moçambique está a par da situação assim como as implicações para os investimentos da empresa que no nosso país detém 85 por cento da Açucareira de Mafambisse e 88 por cento da Açucareira de Xinavane.

Contudo Carlos Agostinho do Rosário revelou desconhecer a situação e sugeriu contactar o ministro da Indústria e Comércio. Interpelado, o ministro Rangendra de Sousa disse ape-

nas “falamos noutra altura”.

**“Quando eles chegaram os campos estavam vivos, e questionamos porque é que agora na hora de saída estão a delapitar a plantação?”**

O @Verdade apurou que na Açucareira de Mafambisse desde a semana passada o Administrador delegado executivo, Sérgio Zandame-la, e a Directora executiva de Recursos Humanos, Felizarda, têm reunido com os trabalhadores para os preparar para um possível encerramento da fábrica.

“Desde Maio que eles estão só a tirar matéria-prima, cortam a cana, carregam para a fábrica para processar e não estão a tratar a plantação que deixou de ser até regada, eles cortam e abandonam, eles não querem isto”, revelou António Bassopa, funcionário da empresa desde 1995 e líder sindical.

Após um encontro realizado na manhã desta terça-feira (18), e que deve continuar nos próximos dias, Bassopa disse que o representantes dos proprietários “tem falado que querem encerrar, mas nós dissemos-lhe que não podem encerrar só podem sair, não faz sentido alguém fechar a fábrica e destruir a plantação”

“Nós dissemos-lhes que se querem abandonar a fábrica não cortem e deixem de tratar a plantação, porque um outro investidor poderá não querer. Lembramos-lhes que quando chegaram a Açucareira acabava de ser reabilitada, com fundos do Banco Africano de Desenvolvimento, e nós tínhamos todo equipamento tracto-

res, máquinas para movimentar terras, autocarros, quando eles chegaram os campos estavam vivos, e questionamos porque é que agora na hora de saída estão a delapitar a plantação?”, disse o Secretário do Comité Sindical.

Bassopa afirmou que o Comité Sindical tem alertado a Administração da Açucareira de Mafambisse sobre “as contratações de mão-de-obra zimbabweana a pagarem salários altos, abriram sub-empresas deles trazendo as suas famílias e máquina que alugam”.

António Bassopa clarificou ao @Verdade que o Governo, accionista da Açucareira, parece alheio a iminência de perda de 3.800 postos de trabalho permanentes e outros 4 mil sazonais. “Foi um pouco estranho, sabemos que eles tem estado em contacto com o Governador e o Ministério do Trabalho mas nunca nos levaram. Ontem (segunda-feira) é que nos levaram para uma reunião no Gabinete do Administrador do Distrito do Dondo”.

## Governo registou apenas 193 imóveis do Estado dos mais de 24 mil por regularizar

*O Governo de Filipe Nyusi continua incapaz de registar todos os imóveis do Estado, “no exercício económico de 2018, em relação aos imóveis foram identificados 77 e registados a favor do Estado 193”, continuam por registar 24.073 imóveis.*

Texto: Adérito Caldeira

A Conta Geral do Estado revela que o património bruto do Estado até 31 de Dezembro de 2018 “apresentado pelos órgãos e instituições de Administração Directa e Indirecta do Estado, é de 552.623,70 milhões de Meticais e o património líquido de 333.202,52 milhões de Meticais, revelando um acréscimo de 8,25 por cento e de 7,10 por cento, em relação ao inventário conso-

48.486,72 milhões de Meticais, para veículos e 459.153,60 milhões de Meticais para imóveis, referentes a todos órgãos e instituições do Estado incluindo as Empresas Públicas e as Autarquias Locais, com crescimento de 9,92 por cento, 4,64 por cento e 8,49, respectivamente”, indica o documento publicado semana finda pelo Ministério da Economia e Finanças.

Tabela da Evolução dos registos e identificação dos imóveis de 2013 a 2017			
ANO	Identificados	Registados a Favor do Estado	Pendentes do Registo/ Verificação da Situação Jurídica
2013	22113	1516	20597
2014	4448	779	24266
2015	0	905	23361
2016	2730	1685	24406
2017	13	37	24382
2018	77	193	24266
TOTAL	29381	5115	24073

lido do exercício anterior, respectivamente”.

“A análise por tipo de bens, demonstra que foram apurados 44.983,38 milhões de Meticais para a categoria de móveis (inclui Livros e Publicações e Animais),

No entanto, “em relação aos imóveis foram identificados 77 e registados a favor do Estado 193, sendo o acumulado de 29.381, dois quais 5.125 tem a situação jurídica regularizada”, o que quer dizer que pelo menos 24.073 imóveis não estão registados.

## Na baixa Zambézia: AGRA e Gapi relançam cadeia de valor do arroz

*A AGRA (Aliança para Revolução Verde em África) e a Gapi lançaram, no passado dia 13 de Junho corrente, em Quelimane, um projecto que visa o relançamento da cadeia de valor do arroz, através do fortalecimento da produção e das ligações com o mercado, numa acção que, durante os três anos, envolverá mais de 100 mil pequenos produtores, de cinco distritos da província da Zambézia.*

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

Este projecto, denominado Moz-Arroz, insere-se na estratégia de apoio ao desenvolvimento rural e modernização da agricultura que a Gapi vem implementando ao longo de todo o país.



Além da participação da Gapi, o projecto é co-financiado pela Agra, que mobilizou fundos da Fundação Bill e Melinda Gates. A sua implementação é feita por um consórcio que envolve a Direcção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar da Zambézia e duas empresas ligadas ao ramo, nomeadamente a Agro Comercial Olinda Fondo (ACOF) e African Fertilizer and Agribusiness Partnership (AFAP).

O Moz-Arroz propõe-se a contribuir para o aumento da segurança alimentar e rendimento dos produtores de arroz na Zambézia, através de intervenções que facilitem o acesso a sementes de variedades melhoradas, fertilizantes, tecnologias de gestão de água e mercado,

bem como sistemas de produção por contrato.

Durante a cerimónia de lançamento, o director da AGRA em Moçambique, Paulo Mole, considerou que a intervenção da sua organização visa apoiar o fortalecimento e eficiência do sector através da melhoria da coordenação: “Este projecto vai de encontro a alguns dos principais objectivos que nos norteiam, nomeadamente, a necessidade de se fortalecer o acesso estruturado aos mercados; aumentar a disponibilidade e distribuição de insumos; e desenvolver uma plataforma de mercados agrícolas”.

Este projecto tem como base o trabalho anteriormente feito pela Gapi e financiado pelo Reino dos Países Baixos, que permitiu a revitalização da fábrica de processamento de arroz de Nicoadala, na província da Zambézia. A empresa IMPERE, criada pela Gapi para sanear e relançar a fábrica de processamento de arroz de Nicoadala, que já beneficia organizações de agricultores familiares, será um operador chave para assegurar o processamento e comercialização da produção local.

Para Fidel João, coordenador deste projecto ao nível da Gapi, “tal como em muitos outros projectos, o envolvimento da Gapi prende-se com o seu alinhamento com a agenda de desenvolvimento do Governo, sendo que, neste caso, visa responder à Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Arroz de Moçambique, que prevê um sector competitivo no sistema produtivo de pequenos agricultores integrado no sector comercial e capaz de satisfazer cada vez mais a procura interna e gerar excedentes”.



## Projecto Rovuma LNG vai alocar 500 milhões de pés cúbicos de gás natural à Moçambique para produção de energia, fertilizantes e combustíveis líquidos



O Plano de Desenvolvimento do Projecto Rovuma LNG, liderado pela ExxonMobil que se propõe a explorar campos unificados da Área 1 e 4, na Província de Cabo Delgado, estabelece que: "As Concessionárias devem disponibilizar uma quantidade total de 500 MMSCFD (milhões de pés cúbicos) de gás natural para o mercado doméstico". Ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia revelou que esse gás será usado para produzir "energia, fertilizantes e combustíveis líquidos".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

## Nyusi avisa aos EUA "quem chega primeiro em Moçambique e em África será o primeiro a sair"

Em plena guerra comercial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China a capital moçambicana tornou-se nesta quarta-feira (19) no epicentro dos negócios entre os EUA e África. Num centro de conferências construído e gerido por chineses, que no ano passado disponibilizaram 60 biliões de dólares para serem investidos no nosso continente, o Presidente Filipe Nyusi avisou: "Espero que os americanos saibam que quem chega primeiro em Moçambique e em África será o primeiro a sair".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Dez chefes de Estado africanos eram aguardados na Cidade de Maputo para a 12ª Cimeira de Negócios EUA – África, apenas sete fizeram-se presente no evento que decorre até sexta-feira (21) e clama contar com a presença de mais de mil empresários, investidores, membros dos governos e funcionários das agências financiamento multilateral.

Filipe Nyusi, único Chefe de Estado africano que compareceu a edição anterior da bi-anual Cimeira em Washington DC, assinalou que as "relações entre África e os Estados Unidos tem vindo a conhecer um crescimento significativo nas últimas décadas (...) nos últimos 3 anos o volume do comércio externo entre a África e os Estados Unidos aumentou de 49 biliões de Dólares para 69 biliões de Dólares,

regozijamo-nos em saber que 60 por cento desse valor corresponde as exportações de África para os Estados Unidos da América".

"Apesar dos progressos alcançados na relação entre os Estados Unidos da América e África, o continente africano ainda apresenta enormes desafios e oportunidades cuja materialização demanda recursos financeiros avultados que não se encontram prontamente desenvolvidos localmente, só para mencionar alguns destes desafios, o continente apresenta um défice de financiamento de infra-estruturas estimado entre 68 a 108 biliões de Dólares norte-americanos, de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento. A mobilização destes recursos é vital para acele-



rar o processo de integração económica no continente", acrescentou o Presidente moçambicano.

No entanto Nyusi, quicá recordando-se do 3º Fórum de Cooperação China-África

continua Pag. 12 →





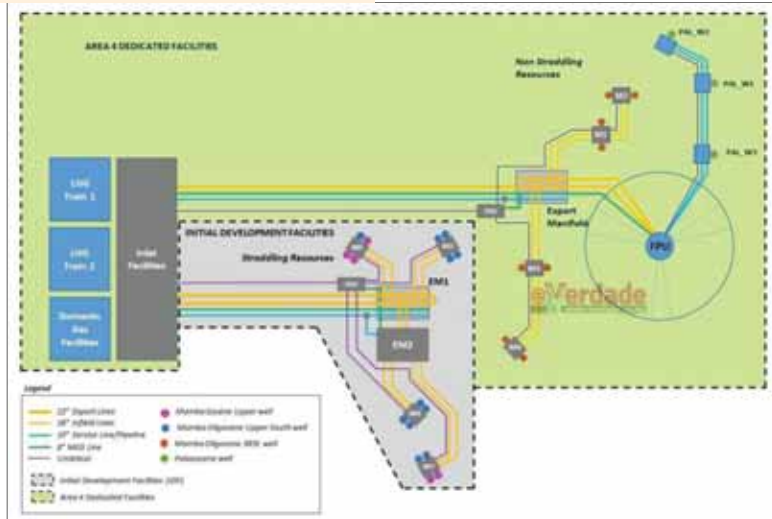
→ continuação Pag. 11 - Projecto Rovuma LNG vai alocar 500 milhões de pés cúbicos de gás natural à Moçambique para produção de energia, fertilizantes e combustíveis líquidos

O Governo de Filipe Nyusi aprovou o Plano de Desenvolvimento do Projecto Rovuma LNG, que prevê o desenvolvimento inicial autónomo e coordenado de 12 triliões de pés cúbicos (tcf) de Gás Natural na Área 4 da Bacia do Rovuma, a partir dos depósitos de petróleo que atravessam a delimitação entre as Áreas 1 e 4, onde é Concessionária e Operadora a Mozambique Rovuma Venture S.p.A.

“As Concessionárias devem disponibilizar uma quantidade total de 500 MMSCFD (milhões de pés cúbicos) de gás natural para o mercado doméstico” estabelece a Resolução 29/2019 da XVI Sessão ordinária do Conselho de Ministro que aconteceu no passado dia 14 de Maio.

Entrevistado pelo @Verdade à margem da Cimeira de negócios EUA – África, que decorre em Maputo, o ministro dos Recursos Minerais e Energia revelou que as prioridades para o uso desse gás são “energia, fertilizantes e combustíveis líquidos”.

“No projecto da Anadarko



foram disponibilizados 100 MMSCFD de gás natural e depois mais 350 MMSCFD na segunda fase, tendo em conta que foi lançado um concurso em 2016 onde foram selecionadas a Yara, GL e Shell continuamos a discutir com estas e ver o nível de interesse em prosseguir. Em função da apetência estamos a discutir com outras empresas que concorreram à aquele concurso”, esclareceu Ernesto Max Tonela.

A Yara International ganhou direito a usar 80 a 90 mi-

lhões de pés cúbicos dia de gás natural da Área 1 para produzir 1,2 -1,3 milhões de toneladas métricas de fertilizantes (Amoníaco/Ureia) e ainda 30 – 50 Megawatts de energia eléctrica.

A GL Energy Africa foram adjudicados 41.8 milhões de pés cúbicos dia de gás natural para produzir 250 Megawatts de energia eléctrica.

E a Shell Moçambique BV irá receber 310 a 330 milhões de pés cúbicos dia de gás natural para produzir

38 mil barris de combustíveis líquidos (GTL Gasóleo, Nafta e Queroseno) e também 50 – 80 Megawatts de energia eléctrica.

### Mozambique Rovuma Venture ainda tem de cumprir vários requisitos antes da DFI

O ministro Tonela explicou que: “Para já não será lançado um novo concurso, a não ser que eles se atrasem. Em Dezembro foi dada uma indicação que as empresas tem um tempo para responder que é para permitir que o Governo procure opções”.

O titular dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique acrescentou que com a “GL já está avançar, em relação ao da Shell e da Yara haviam questões que ainda não estavam firmes então estamos a dar tempo tendo em conta um deadline”.

Entretanto, e embora o consórcio Mozambique Rovuma Venture S.p.A - liderado pela norte-americana ExxonMobil no qual fazem parte a ita-

liana ENI, a Chinese National Petroleum Corporation, a portuguesa Galp, a sul-coreana Kogas e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) – tenha projectado a sua Decisão Final de investir 23,6 biliões de Dólares norte-americanos para meados deste ano, o @Verdade apurou que várias etapas ainda precisam de ser materializadas com o Governo.

O Executivo aguarda um plano para a monetização do condensado com opções de processamento e utilização no mercado nacional; informação adicional detalhada e distinta sobre o desenvolvimento e produção dos depósitos transzonais e do depósitos não-transzonais; os custos e resultados económicos finais do Projecto incluindo os custos de financiamento, a estrutura de determinação da taxa de liquefação; os planos de conteúdo local e sustentabilidade; o relatório actualizado do estudo de desenho e engenharia; o relatório de certificação de reservas; o mecanismo de medição; e também o Plano de Saúde e Segurança.

→ continuação Pag. 11 - Nyusi avisa aos EUA “quem chega primeiro em Moçambique e em África será o primeiro a sair”

que reuniu em Pequim os presidentes e chefes de governo de 53 países africanos, deixou um sério aviso: “Espero que os americanos saibam que quem chega primeiro em Moçambique e em África será o primeiro a sair”, com os recursos que o nosso país e o continente tem para serem explorados.

concluíram a primeira fase, que era a fase da abertura dos mercados, a fase da liberalização”, declarou a presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank.

Na perspectiva de Luísa Diogo, “África precisa de infra-estruturas que possam permitir fazer ne-



### Luísa Diogo desafia Estados Unidos a criar “linhas de crédito concessional”

Secundando o Presidente de Moçambique a antiga primeira-ministra e agora banqueira, Luísa Diogo, assinalou que “África ao passar para economia de mercado, ainda não tem capitalistas. São sociedades e economias orientadas para o mercado, ainda não são economias capitalistas porque não tem capital”.

“Esta falta de capital em África pode-se transformar em oportunidade para fazer se fazer negócio, é uma questão de sermos mais criativos (...) os africanos ao organizar-se e fazer mudanças estão a preparar-se cada vez mais para acomodar o capital e criar ambiente para o desenvolvimento de negócios. A primeira fase de reformas, os africanos já estão muito avançados e alguns posso considerar que

gócios e conectar, aí o capital é atraído pela forma como essa construção de infra-estruturas é feita. A abertura a participação do sector privado e creio que os Estados Unidos tem uma experiência muito profunda de envolvimento do sector privado nas infra-estruturas, esta seria uma grande oportunidade e os bancos e as instituições financeiras abraçariam este tipo de iniciativa porque permite que se possa desenvolver, fazer com que o mercado possa continuar a fazer negócios”.

“A área de capacidade institucional e as linhas de apoio, e aí eu creio que os Estados Unidos teriam um papel muito grande abrindo-se linhas de crédito concessional, em que o Estado americano poderia apoiar em linhas de crédito e atrair cada vez mais investidores para África”, acrescentou Luísa Diogo.

## Anadarko anima Banco de Moçambique que reduz taxas de referencia pela primeira vez em 2019

Como era previsível o Banco de Moçambique (BM) animou-se com a Decisão Final de Investimento rubricada pelo Governo e a Anadarko e decidiu, nesta quarta-feira (19), reduzir a taxa MIMO e as taxas FPD e FPC pela primeira vez desde Dezembro de 2018.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique “decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 100 pontos base (pb), para 13,25 por cento. Decidiu, igualmente, reduzir em 100 pb as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC), para 10,25 por cento e 16,25 por cento, respectivamente”.

Estas taxas de referencia para o Sistema financeiro moçambicano não eram revistas desde 13 de Dezembro do ano passado quando o banco central fixou a taxa MIMO em 14,25 por cento, a FPD nos 11,25 por cento e a FPC em 17,25 por cento.

O BM justifica esta revisão em baixa, em comunicado de imprensa enviado ao @Verdade, “pelo facto de a actualização das projecções da inflação para o médio prazo apontar para uma melhoria significativa das perspectivas deste indicador, consolidando o objectivo de estabilidade macroeconómica. Esta melhoria decorre, essencialmente, da evolução recente dos preços, da trajectória actual da taxa de câmbio e das perspectivas de uma menor pressão cambial no mercado doméstico, perante uma procura agregada ainda abaixo do seu potencial”.

Por outras palavras os fluxos de divisas que começaram a aumentar em finais de 2018 vão crescer ainda mais na sequência da Decisão Final de Investimento assinada nesta terça-feira (18) pelo Governo e a Anadarko, em representação do consórcio que vai explorar o gás natural existente na Área 1 do Bloco do Rovuma.



Entretanto o BM indica que decidiu “manter os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 14,00 por cento e 36,00 por cento, respectivamente”.

O coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional não é alterado desde finais de 2018 porém o coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moe-

da estrangeira foi agravado em Março último, dos anteriores 27 por cento.

Mas o CPMO alerta que existem riscos: “A nível interno, destaca-se o risco fiscal, em face do prolongamento das incertezas, não só quanto ao financiamento dos processos políticos em curso, como também em relação à tem-

pestividade dos desembolsos externos necessários para a mitigação dos danos e reconstrução das zonas afectadas pelos recentes desastres naturais, num cenário de potencial perda de receita pública por efeito desses mesmos desastres. Adicionalmente, persistem as incertezas quanto à evolução dos preços dos bens administrados”.

“Na vertente externa, mantêm-se os riscos de abrandamento do crescimento económico mun-

dial, devido à intensificação da tensão comercial e geopolítica entre as principais economias, com prováveis impactos nos fluxos de comércio externo e na volatilidade dos preços de mercadorias, com destaque para o do petróleo. Por exemplo, no fecho do dia 18 de Junho de 2019, o preço do barril do petróleo foi de USD 62,14, após USD 74,57 no último CPMO e USD 62,10 na sessão do CPMO de Fevereiro do presente ano”, indica o BM.



## Governo voltou a tentar financiar Orçamento de Estado, série de Obrigações do Tesouro não teve procura

*Depois de dois leilões de obrigações soberanas que ficaram aquém das necessidades o Governo de Filipe Nyusi regressou à Bolsa de Valores (BVM) para tentar financiar o seu Orçamento de Estado deficitário em 1,5 bilião de Meticais, uma das séries de Obrigações do Tesouro não teve investidores interessados.*

Texto: Adérito Caldeira

Desde Abril que o Governo está a tentar, sem sucesso, financiar o deficitário Orçamento de Estado de 2019 através da emissão de mais dívida pública interna. A 23 de Abril colocou no mercado as Obrigações do Tesouro da 6ª, 7ª e 8ª Séries com o intuito de obter 3 biliões de Meticais mas conseguiu menos de 10 por cento, apenas 200 milhões de meticais.

A 7 de Maio voltou à BVM para colocar os remanescentes 2,8 biliões de Meticais de Obrigações do Tesouro da 6ª, 7ª e 8ª Séries no entanto vendeu somente 740 milhões, 140 milhões com a 6ª Série, 200 milhões com a 7ª Série e 400 milhões com a 8ª Série pagando juros entre 14 e 16 por cento.

Na passada terça-feira (11) o Executivo voltou a tentar vender as Obrigações do Tesouro da 7ª a 500 milhões de Meticais mas “não houve procura.

No entanto conseguiu obter 250 milhões com a nova reabertura das Obrigações do Tesouro da 8ª Série pagando juros de 15,25 e 16 por cento, a proposta inicial era vender 500 milhões prometendo juros de 10 por cento.

Adicionalmente, pagando juros até 20 por cento, contra os 12 por cento iniciais, o Executivo conseguiu vender 500 milhões em Obrigações do Tesouro da 9ª Série.

A emissão de Obrigações e de Bilhetes do Tesouro tem sido a principal forma do Governo de Filipe Nyusi financiar o Orçamento do Estado de 2019 que tem o défice de 93 biliões de Meticais onde a expectativa é obter 65,4 biliões desse dinheiro em falta através de empréstimos ao banco central, aos



**Resultados - 3ª Reabertura OT - 2019 - 57**

Resultados em 12 Junho 2019

Novo termo da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Junho, faz-se público que se realizou no dia 11 de Junho de 2019, às 15:00h, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados da 3ª Reabertura das Obrigações do Tesouro 2019-57 Série.

Não houve procura pela OT 2019-57.



**Resultados - 3ª Reabertura - OT - 2019 - 58**

Resultados em 12 Junho 2019

Novo termo da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Junho, faz-se público que se realizou no dia 11 de Junho de 2019, às 15:00h, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados das Obrigações do Tesouro 2019-58 Série.

De acordo com as propostas apresentadas pelos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro, a procura global da reabertura foi de 100.000.000,00 de 100%, as respectivas taxas de juro situaram-se entre 15,250% e 16,000%. De acordo com a taxa de corte do leilão, o valor da reabertura foi de 250,00 milhões de 100%.



**Resultados - OT - 2019 - 59**

Resultados em 12 Junho 2019

Novo termo da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Junho, faz-se público que se realizou no dia 11 de Junho de 2019, às 15:00h, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados das Obrigações do Tesouro 2019-59 Série.

De acordo com as propostas apresentadas pelos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro, a procura global da reabertura foi de 500.000.000,00 de 100%, as respectivas taxas de juro situaram-se entre 15,250% e 20,000%. De acordo com a taxa de corte do leilão, o valor da reabertura foi de 500,00 milhões de 100%.

bancos comerciais, instituições financeiras e através da emissão de Títulos de Dívida Pública do Tesouro.

Os bancos comerciais são os principais investidores dos Títulos do Tesouro, que lhes tem rendido biliões de Meticais e proporcionado mar-

gens financeiras inéditas desde que a crise agudizou-se em Moçambique, no entanto a descida das taxas de juro, que são a referência para os rendimentos com Obrigações e de Bilhetes do Tesouro, parece estar a refrear essa apetência pela dívida pública interna.

## Maioritariamente jovens: Desde 2015 formados mais de 650.000 moçambicanos

*O vice-ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Oswaldo Petersburgo, instou, recentemente, aos centros de formação profissional públicos e privados a apostarem continuamente na qualidade, para que estejam alinhados às necessidades do mercado.*

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Para Oswaldo Petersburgo, os centros de formação profissional devem assegurar, também, que os formandos estejam capacitados e habilitados para tirar proveito das oportunidades de trabalho e emprego, contribuindo, assim, nos esforços para a melhoria da produção e produtividade.

“A busca pela qualidade é um exercício permanente, e, por isso, exige de nós a capacidade de nos reinventarmos para encontrarmos as abordagens mais apropriadas e tornar a formação profis-

sional cada vez mais relevante”, disse o vice-ministro, que falava na cerimónia de abertura do II Conselho Pedagógico e Consultivo do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), na cidade de Maputo.

Na ocasião, Oswaldo Petersburgo referiu que, no âmbito das iniciativas do Governo com vista à promoção do emprego, através da abertura de centros de formação em diferentes províncias, complementadas com os esforços do sector privado, o País formou, de 2015 até Março do presente ano, mais de 650 mil cidadãos, maioritariamente jovens, “que vão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho, como trabalhadores por conta própria ou de outrem”.

No mesmo período, foram realizados aproximadamente 23 mil estágios pré-profissionais, e abertos novos centros de formação profissional em Quelimane (Zambézia), Chongoene (Gaza), Pemba e Balama (Cabo Delgado), estando previs-

ta para este ano a entrada em funcionamento dos centros de Cuamba (Niassa) e Catembe (Cidade de Maputo) Namahumbir (Cabo Delgado).

Através destas acções, acrescentou Oswaldo Petersburgo, “queremos que os nossos formandos sejam os mais procurados pelo sector privado. Aliás, temos estado a testemunhar, com agrado, o facto de as multinacionais que operam no nosso País estarem, insistentemente, a procurar os nossos centros de formação profissional nas diversas províncias, com destaque para Cabo Delgado, Tete e Maputo”.

Por seu turno, o director-geral do IFPELAC, Anastácio Chembeze, revelou que, até o primeiro trimestre do ano em curso, a instituição que dirige já tinha cumprido 94% das metas definidas para o presente quinquénio, no que à formação profissional diz respeito. “Temos fé e acreditamos que vamos conseguir ultrapassar aquilo que foi definido”.

## Estação de Tratamento de Água de Umbelúzi: AdeM sensibiliza comunidades circunvizinhas bem como crianças sobre a importância da água

*Por ocasião do Dia Internacional da Criança, a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) ofereceu, no último sábado, 15 de Junho, um almoço e brindes a mais de 150 petizes residentes nas comunidades em redor da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Umbelúzi, no distrito de Boane, província de Maputo.*

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



No evento, que contou, também com a presença dos líderes comunitários e demais convidados, os petizes, para além de visitarem a estação, participaram em diversas brincadeiras e actividades de carácter recreativo e didáctico, tais como insufláveis, dança, jogos de concentração, desenho, entre outras.

Através desta iniciativa, promovida no âmbito da responsabilidade social conforme explicou o representante da AdeM, João Francisco, a empresa pretende reforçar o compromisso de trabalhar em estreita colaboração com a comunidade e fazê-la sentir parte da Estação de Tratamento de Água, um empreendimento de capital importância para as cidades de Maputo, Matola e para o distrito de Boane.

“A ETA de Umbelúzi é o coração da nossa empresa e está inserida numa comunidade. Por isso, na impossibilidade de convidar a todos, tomámos a iniciativa de juntar as crianças das comunidades circunvizinhas para com elas assinalarmos a passagem destas duas datas importantes”, disse João Francisco. A ocasião serviu também para o representante da AdeM consciencializar as comunidades e as crianças sobre a importância da água, dos cuidados a ter no seu uso, bem como da necessidade de contribuir para a manutenção e conservação da estação.

“A água é muito importante na nossa vida, por isso devemos usá-la de forma racional e poupá-la. Para além disso, para que ela continue a chegar às nossas casas devemos olhar para esta estação como nossa. Este empreendimento é de todos nós, sendo de extrema importância o papel da comunidade na sua conservação. Ela (a comunidade) tem de ser guardiã deste local”, acrescentou.

Por seu turno, o representante das comunidades, Silvestre Cumaio, louvou a iniciativa da AdeM e referiu que a empresa sempre contribuiu para o bem-estar das populações circunvizinhas, inclusive em momentos de aflição. “Estamos gratos por terem proporcionado este momento às nossas crianças. A empresa Águas da Região de Maputo sempre nos amparou. Por exemplo, em períodos de cheias, é neste local onde nos abrigamos. Temos tido uma relação saudável e temos fé que vai continuar por muitos e longos anos”, afirmou Silvestre Cumaio.

Para as crianças, a ocasião serviu para brincar e aprender mais sobre a importância da água e da estação, que só conheciam por fora. Carla dos Santos, de 10 anos de idade e aluna da quarta classe, disse ter gostado mais de conviver com os outros petizes e de visitar a estação. “Pude conhecer o local da captação e os titios mostraram-nos todas as fases de tratamento da água, até tornar-se potável”. Jorge Silva, de 11 anos de idade, frequenta a sexta classe e mostrou-se satisfeito por ter participado na festa organizada pela AdeM. “Gostei dos presentes e dos palhaços. Brinquei nos insufláveis e aprendi a desenhar. Estamos muito felizes”.



## Economista Chefe do Standard Bank sobre efeitos do DFI: "Banco de Moçambique pode decidir retomar os cortes nas taxas de juro"

*A Decisão Final de Investimento (DFI) para a exploração de gás natural na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, anunciada recentemente, pelo consórcio liderado pela petrolífera Anadarko pode contribuir para a melhoria da disponibilidade de moeda externa no mercado doméstico e para a redução dos riscos de inflação.*

Neste contexto, acreditamos que o Banco de Moçambique (BM) pode decidir retomar os cortes nas taxas de juro de política monetária, interrompidos em Dezembro de 2018, com efeitos positivos sobre o financiamento das empresas e sobre o rendimento disponível das famílias.

De acordo com o economista chefe do Standard Bank, Fáusio Mussá, em função do volume de entrada de fundos que resultam da DFI, "o Banco Central estaria confortado em fazer um corte na taxa de juro, dependendo da magnitude dos fundos que ficarão disponíveis no mercado moçambicano".

Este seria, na sua opinião, um dos impactos imediatos com algum benefício para a economia moçambicana, ou seja, a melhoria das perspectivas de estabilidade macroeconómica, através da estabilização da moeda e da inflação.

"Se o Banco Central decidir efectuar os cortes na taxa de juro, significa que as taxas do sistema bancário poderão reduzir, permitindo o aumento do rendimento disponível das famílias e viabilizar pedidos de financiamento dos agentes económicos", frisou o economista.

Entretanto, Fáusio Mussá foi cauteloso ao chamar à atenção para a necessidade de se proceder à melhor divulgação sobre o impacto da DFI, devido ao difícil momento que a economia moçambicana atravessa: "Alguns impactos podem ser imediatos



e outros podem ocorrer num longo período de tempo", indicou.

Outra importante vantagem que pode advir da DFI, conforme destacou, é a criação de maior confiança no mercado cambial sobre a oferta de divisas e sobre as perspectivas de evolução do câmbio, a curto prazo. O impacto sobre a geração de emprego pode ocorrer ao longo do período de construção das plataformas de liquidação do gás natural e após a construção.

"O impacto positivo sobre a actividade económica no geral só será relevante a partir do momento em que o País começar a exportar o gás natural, entre finais de 2023 e 2024. Ai poderemos ver uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB), acima do normal.

Para que o impacto macroeconómico se materialize, segundo sustentou o economista chefe do Standard Bank, é preciso que haja uma capacidade de absorção das oportunidades de negó-

cio que os projectos do gás natural vão criar em Moçambique, o que depende do nível de preparação das empresas que operam em Moçambique para satisfazer a procura de bens e serviços pelas multinacionais.

"Esta preparação está a ocorrer a vários níveis no País, mas há ainda um longo caminho a percorrer, sendo que o Standard Bank criou uma Incubadora de Negócios que tem estado a apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) para acederem às oportunidades", enfatizou.

Num outro desenvolvimento, Fáusio Mussá referiu que do ponto de vista fiscal, quando o País começar a cobrar as receitas da exploração do gás, poderá obter excedentes, que o Estado poderá usar para alavancar sectores-chave da economia, como a agricultura e o turismo.

Importa realçar que o Standard Bank tem uma área especializada em Petróleo e Gás, que desde a descoberta destes recursos na bacia do Rovuma, em 2011, tem estado a acompanhar de perto e a definir a melhor forma de participar nos benefícios que podem ser gerados para a economia.

Com efeito, o Standard Bank realizou estudos macroeconómicos sobre o potencial da Área 4 do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL e outro para a Anadarko sobre o impacto do projecto de GNL, na Área 1, que representa a bandeira de um dos maiores projectos do mundo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

## Província de Inhambane: Standard Bank inagura nova agência no povoado de Mangungumete

*O Standard Bank abriu, na terça-feira, 18 de Junho, uma agência no povoado de Mangungumete, no distrito de Inhassoro, província de Inhambane, tornando-se, assim, no primeiro banco a instalar-se naquela comunidade.*



A agência, construída de raiz, de entre vários benefícios vai atender às necessidades da indústria do gás explorado pela Sasol, do turismo, bem como da população local, que se dedica, essencialmente, à agricultura.

A agência de Mangungumete confere maior conforto e comodidade aos clientes e está dotada da mais recente tecnologia existente no mercado, no que ao sector bancário diz respeito.

O espaço possui caixas de atendimento ao público, ATM's para depósitos e levantamento disponíveis 24 horas por dia.

Para além de ser o primeiro banco a instalar-se em Mangungumete, o Standard Bank é o único com uma agência moderna em todo o distrito de Inhassoro, localizado no extremo norte da província de Inhambane.

## Entre Moçambique e Zimbábue: Companhias aéreas deixaram de ter restrições

*Companhias aéreas de Moçambique e do Zimbábue já podem realizar voos sem restrições de capacidade ou de frequência entre os dois países, mercê de um acordo bilateral sobre o transporte aéreo rubricado na quinta-feira, 20 de Junho, na cidade de Maputo.*

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O acordo insere-se no âmbito da Decisão de Yamoussoukro, bem como do Mercado Único de Transporte Aéreo Africano (SAATM, sigla em inglês), lançado formalmente pela União Africana em 2018, em Adis Abeba, Etiópia, com vista ao aumento da conectividade entre os países africanos, à redução dos preços das passagens e ao desenvolvimento sustentável do sector.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração do Instituto de Aviação Civil de Moçambique (IACM), João Abreu, este acordo, assinado pelos ministros dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Carlos Mesquita, e dos Transportes, Comunicações e Desenvolvimento Infra-estrutural do Zimbábue, Joel Matiza, abre, ainda, espaço para que as companhias aéreas possam voar para os pontos que pretenderem, entre os aeroportos internacionais de Maputo, Beira e Nacala, que são os pontos de entrada e saída do País.

"Os acordos sempre existiram, o que estamos a fazer é actualizá-los em resposta às novas exigências e orientações com vista à abertura do espaço aéreo, bem como ao livre mercado. Ainda este ano vamos rever o acordo com a África do Sul relativamente à mesma matéria", explicou João Abreu.

Importa realçar que Moçambique faz parte dos 19 países que aderiram e ratificaram a Decisão de Yamoussoukro, em 2017, tendo, inclusive, assinado o respectivo memorando de implementação.

A assinatura do acordo bilateral sobre o transporte aéreo foi feita à margem da visita do Chefe do Estado zimbabueano, Emmerson Mnangagwa, ao Porto de Maputo.



## Governo regula operadores com Posição Significativa no mercado de telecomunicações

*Está em vigor, desde o passado dia 23 de Maio, um novo dispositivo legal que permite ao Governo regular operadores de telecomunicações que demonstrem uma Posição Significativa no mercado moçambicano. "Vamos regular para que o mercado não fique capturado" esclareceu ao @Verdade o Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM).*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Ao abrigo do Decreto 46/2019 de 23 de Maio a ARECOM passará a avaliar que operador de televisão, rádio, telefonia móvel, internet ou outro serviço de telecomunicações tem uma força económica que lhe permita impor-se no mercado independentemente dos concorrentes e dos consumidores e, caso identifique algum, poderá impor regras específicas para controlar a sua acção.

"Temos de olhar para o segmentos de mercado que existem e determinar se há algum que tenha uma posição significativa e aí vamos regular para que o mercado não fique capturado", declarou ao @Verdade o PCA da autoridade reguladora do mercado de telecomunicações em Moçambique.

O novo dispositivo legal define que é Operador com Posição Significativa em Moçambique "quando a quota de mercado detida por um operador ou mais operadores colectivamente, for igual ou superior a 50 por cento", em função de dois dos 13 factores estabelecidos, ou "quando a quota de mercado detida por um operador ou mais operadores colectivamente, for igual ou superior a



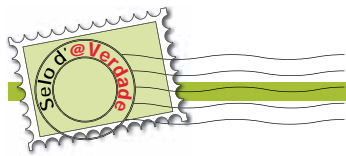
35 por cento e inferior a 50 por cento", avaliando quatro dos 13 factores estabelecidos.

Américo Muchanga esclareceu que em "mercados competitivos, apesar de haver competição pode surgir um operador que se torne dominante nós chamamos de Operador com Posição Significativa (OPS), aliás pode ter posição significativa sem ser dominante, por exemplo MPesa, EMola e MKesh há competição entre os três operadores mas um tem posição significativa, que é o MPesa, então estes Operadores com

Posição Significativa precisam de uma regulação diferente dos outros porque apesar de haver competição são passíveis de influenciar o funcionamento do mercado pela sua dimensão".

"Então no mercado de telecomunicações há disposições específicas que devem ser tomadas para os Operadores com Posição Significativa mesmo se o mercado é competitivo e está liberalizado um Operador com Posição Significativa se decide alterar alguma coisa na sua estrutura afecte ao mercado", acrescentou Muchanga.





## Uma breve abordagem sobre Educação Alimentar

Em Moçambique, segundo dados oficiais, uma criança em cada sete morre no primeiro ano de vida e uma criança em cada cinco morre antes de atingir os cinco anos. Não obstante, a OMS identificou a ocorrência de mortes materno-infantil como um dos problemas mais graves do século XXI no que diz respeito à saúde pública, que afecta diversos países, mas se verifica mais acentuadamente em países em via de desenvolvimento.

Além disso, as deficiências em micronutrientes têm consequências inaceitáveis também sobre a sobrevivência das mulheres, principalmente nos países em via de desenvolvimento, tal como é o caso de moçambicanas. Moçambique tem uma das taxas de mortalidade materna mais elevadas do mundo. Estima-se, no entanto, que nos próximos cinco anos mais de 43.000 mulheres morrerão por causas relacionadas com a gravidez. Uma das principais causas desta elevada mortalidade é a **anemia**.

Não obstante, **desnutrição** é uma das doenças que mais causa mortes no mundo. Segundo a UNICEF (1994) é um problema chocante, tanto em escala quanto em gravidade, um cúmplice secreto da pobreza que impede o crescimento físico e mental de uma em cada três crianças nos países em via de desenvolvimento. Estima-se que em

Moçambique, assim como no resto da África sub-sahariana, a anemia é a causa subjacente de 20% das mortes maternas. A desnutrição a nível de população, enquanto produto de pobreza e privação, só pode ser eliminada a longo prazo, através de uma acção política adequada para a redução das desigualdades socio-económicas.

A atenção primária à saúde, como internacionalmente definida em Alma-Ata, é a essência de estratégias do sector de saúde para a promoção da nutrição adequada. A OMS tem chamado atenção para o facto de que, devido a sua natureza multicausal, a desnutrição é frequentemente preocupação de muitos, mas a sua solução tem sido responsabilidade de poucos.

A educação alimentar é vista como um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar e multisectorial que visa promover a prática autónoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Seu objetivo é contribuir para a realização do direito humano à alimentação adequada e garantia de segurança alimentar e nutricional.

No entanto, o ser humano precisa de uma boa alimentação diária para conseguir manter a disposição e o foco em todas as suas actividades realizadas em sua rotina, garantindo melhorias em sua qualidade de vida e

prevenindo doenças. Acredita-se, nesse caso, que com a ajuda dos alimentos certos o ser humano se torna capaz de potencializar suas habilidades e realizar qualquer tipo de função com maior flexibilidade, garantindo a melhoria do rendimento diário e maior nível de atenção em determinados assuntos. Assim, a necessidade de controlar os hábitos alimentares constitui um assunto de maior preocupação na actualidade e está fundamentalmente associada às políticas públicas e aos programas de saúde, que buscam adequar e melhorar o estado de saúde da população, incluindo a prática de actividades físicas.

Nesse contexto, a promoção da educação alimentar contribui para a proteção e promoção da saúde através de uma alimentação adequada e saudável, determinando um crescimento e desenvolvimento do ser humano conforme as políticas em alimentação e nutrição, contribuindo de maneira significativa no controlo da prevalência de doenças crónico-digestivas.

Alimentação é vista como o acto de alimentar-se. Trata-se, portanto, de um acto consciente e depende de cada um. Já os alimentos são as substâncias introduzidas no organismo visando promover o crescimento, a reparação dos tecidos, a produção de energia e o equilíbrio das diversas funções orgânicas. Estes são de origem animal, vegetal

e mineral. São classificados de acordo com suas propriedades físicas e químicas e sobre sua forma como actuam no nosso organismo.

Nesse contexto, importa sublinhar que a alimentação tem suas leis, nomeadamente:

Da quantidade - segundo a qual a quantidade de alimentos deve ser suficiente para cobrir as exigências energéticas do organismo e manter em equilíbrio o seu balanço. Nesse caso, as calorias ingeridas através dos alimentos devem ser suficientes para permitir o cumprimento das actividades de uma pessoa, bem como a manutenção da temperatura corporal. As diferentes actividades realizadas, também, determinam as diferentes exigências calóricas;

Da qualidade - a que estabelece que a composição do cardápio alimentar deve ser completo para fornecer ao organismo uma unidade indivisível de todas as substâncias que o integram. O cardápio completo inclui todos os nutrientes que devem ser ingeridos diariamente, quer sejam de origem animal, vegetal ou mineral;

Da harmonia - segundo esta lei, as quantidades dos diversos nutrientes que integram a alimentação devem guardar uma relação de proporção entre si.

Da adequação - no refernete a

este aspecto, importa salientar, primeiro, que a finalidade da alimentação está subordinada à sua adequação ao organismo. Nesse contexto, a adequação em questão está subordinada ao momento biológico da vida e, além disso, deve adequar-se aos hábitos individuais, à condição sócioeconómico da pessoa e em relação ao seu sistema digestivo e aos órgãos ou sistemas alterados por alguma enfermidade.

De forma geral, a educação alimentar desempenha um papel importante em relação ao processo de transformação e evolução, à recuperação e promoção de hábitos alimentares saudáveis, podendo proporcionar conhecimentos necessários à tomada de decisão de formar atitudes, políticas alimentares saudáveis e variados, etc.

Para concluir, importa destacar que para se alimentar de forma a nutrir o organismo, sem prejudicá-lo, é preciso observar as leis da alimentação supracitadas. Com base nelas cada vez mais pode se tomar uma consciência sobre os hábitos alimentares saudáveis. Assim, um alimento é nutritivo quando colabora ou sustenta os processos de manutenção da vida, e o alimento bom pode se tornar perigoso quando ingerido em excesso ou em condições inapropriadas.

Por **Basílio Macaringue**  
[basiliomacaringue@gmail.com](mailto:basiliomacaringue@gmail.com)

### Sociedade

## Moçambique identifica-se com os ideais do Relatório da Comissão Global sobre o “Futuro do Trabalho”

*Moçambique identifica-se com os ideais do Relatório da Comissão Global sobre o “Futuro do Trabalho”, que contém recomendações, que servirão de inspiração na formulação de agendas globais, continentais, regionais e nacionais com vista à universalização do trabalho digno e dos princípios e direitos fundamentais no trabalho.*

Texto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

Este posicionamento foi assumido, recentemente, por Amadeu Paulo da Conceição, embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Moçambique junto das Nações Unidas e outras organizações internacionais, durante a 108ª Conferência da OIT-Organização Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, Suíça.

O diplomata moçambicano, que participou no evento em representação da ministra do Traba-

lho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, sustentou que Moçambique apoia plenamente o referido relatório, que está ancorado na proposta de “uma agenda centrada no ser humano para o futuro do trabalho”.

“Congratulamo-nos pela perspectiva de que os melhores resultados futuros serão garantidos por decisões conscientes que assegurem um ritmo de mudança tecnológica determinado pela capacidade humana

de conduzi-lo”, disse, juntando que “isso significa que investimentos consideráveis devem ser feitos para apoiar a educação e o desenvolvimento de habilidades que responderão de maneira rápida e adequada ao desenvolvimento”.

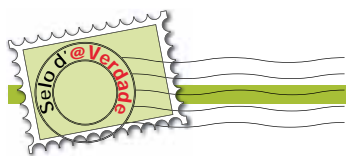
O relatório, conforme enfatizou, reconhece que o local de trabalho é principalmente composto por seres humanos e, portanto, uma arena que possui perspectivas significativas para o

avanço da sociedade através de sistemas de governação e regulamentação fortalecidos.

Na opinião do diplomata, investimentos em trabalho decente e sustentável são urgentemente necessários, uma vez que, apesar das taxas de crescimento económico positivas registadas pelos países membros da organização durante um longo período de tempo, o efeito sobre o crescimento do emprego tem sido muito pequeno.

“As altas taxas de desemprego e subemprego, em particular o desemprego juvenil representam um grande desafio ao desenvolvimento dos nossos países. Concordamos portanto, com a recomendação de que as abordagens futuras devem buscar e incentivar directamente a criação de empregos como um alvo-chave, e não um subproduto de políticas económicas que, de outra forma, buscam outros objectivos”, finalizou Amadeu Paulo da Conceição.





# POBREZA, INVESTIMENTO, EXPECTATIVAS E TENSÃO CONFLITUAL<sup>1</sup>

João Feijó e Jerry Maquenzi

## INTRODUÇÃO

Enquadrado na linha de investigação sobre “pobreza, desigualdades e conflitos”, o Observatório do Meio Rural encontra-se a realizar uma pesquisa sobre a pobreza no Norte de Cabo Delgado, em particular em áreas de penetração da grande indústria extractiva. É neste ambiente de forte investimento e presença internacional, de aumento das expectativas, mas também de manutenção da pobreza e de aumento das assimetrias sociais, que o OMR pretende, numa sequência de quatro textos, compreender o fenómeno de persistência e agravamento da tensão e da violência na região.

A presente reflexão resulta da análise de diversas peças jornalistas e artigos científicos sobre as dinâmicas sociopolíticas do Norte de Cabo Delgado, e também de dados secundários disponibilizados pelo APIEX, pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) de Palma, pelo STAE, assim como diversas bases de dados constituídas pela Comissão Justiça e Paz no distrito de Palma, referentes a aldeias atacadas.

Estes dados foram complementados com outras informações recolhidas ao longo observação no terreno, nos distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Quissanga e Meluco, ao longo da última semana de Março e primeira de Abril, assim como da interacção com populações locais, entre funcionários públicos (dos Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia; Serviços Distritais de Actividades Económicas; e Serviços Distritais de Planeamento e infra-estruturas em Palma, e da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas), militares da FADM, clérigos e jovens pertencentes à Comissão Episcopal de Justiça e Paz.

A análise que se segue divide-se em quatro partes, estruturadas da seguinte forma:

- 1) Pobreza, investimento, expectativas e tensão conflitual.
- 2) O processo de insurgência armada no norte de Cabo Delgado.
- 3) Consequência socioeconómicas dos ataques no norte de Cabo Delgado.
- 4) Como lidar com o fenómeno de violência no norte de Cabo Delgado? - Reflexões finais e sugestões.

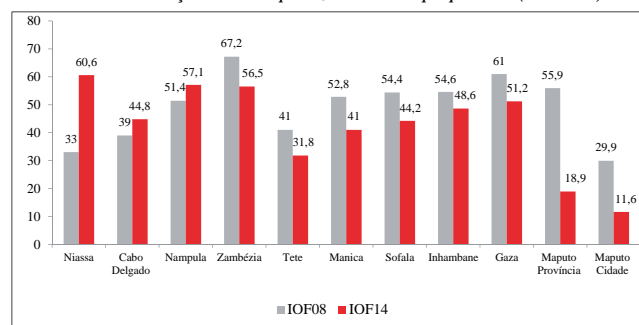
## PARTE 1: POBREZA, INVESTIMENTO, EXPECTATIVAS E TENSÃO CONFLITUAL

### 1.1. PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DE CENÁRIOS DE POBREZA EM CABO DELGADO

Não obstante o forte ritmo de investimento verificado no Norte do país, a realidade é que persistem fenómenos de pobreza na região. Na medição dos índices de pobreza, o Instituto Nacional de Estatística utiliza os conceitos de pobreza de consumo e de pobreza multidimensional. A pobreza de consumo representa a capacidade de acesso dos agregados familiares a um conjunto de bens de primeira necessidade, considerando-se “pobres” todos aqueles privados desse acesso. Neste sentido, foi definida uma linha de pobreza a partir da capacidade de acesso a um cabaz alimentar de 2.150 calorias por pessoa e por dia. Com base neste conceito (que define como critério de saída da pobreza o simples acesso a bens alimentares), os dois últimos Inqué-

ritos ao Orçamento das Famílias (IOF) demonstram, uma tendência de aumento da taxa de pobreza de consumo nas províncias de Cabo Delgado (onde atinge 44,8%), de Niassa e de Nampula.

Gráfico 1: Evolução da taxa de pobreza de consumo por província (2008-2014)

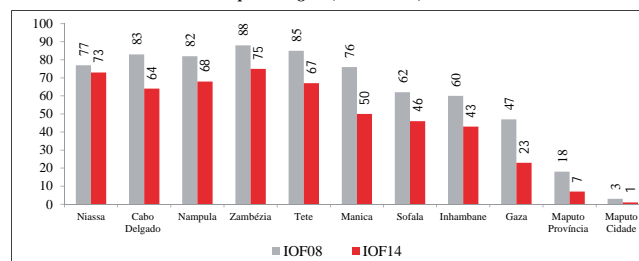


Fonte: IOF 2014/15

Por sua vez, a pobreza multidimensional refere-se a outras dimensões de privação, para além do consumo, que influenciam o bem-estar das famílias, sendo calculado através do acesso a um conjunto de seis elementos mais estáveis: 1) pelo menos, um membro do agregado familiar ter finalizado a escola primária completa; 2) acesso a fonte de água segura; 3) acesso a saneamento seguro; 4) cobertura da casa com materiais convencionais; 5) acesso a electricidade; 6) possuir bens duráveis. Na medição da incidência da pobreza multidimensional considera-se pobre o agregado familiar privado de, pelo menos, 4 dos 6 indicadores apresentados.

Os resultados demonstram uma diminuição geral da incidência da pobreza multidimensional, sobretudo no extremo Sul do País, ainda que permaneça muito elevada no Centro e Norte do Moçambique.

Gráfico 2: Evolução da incidência da pobreza multidimensional por província, em percentagem (2008 e 2014)

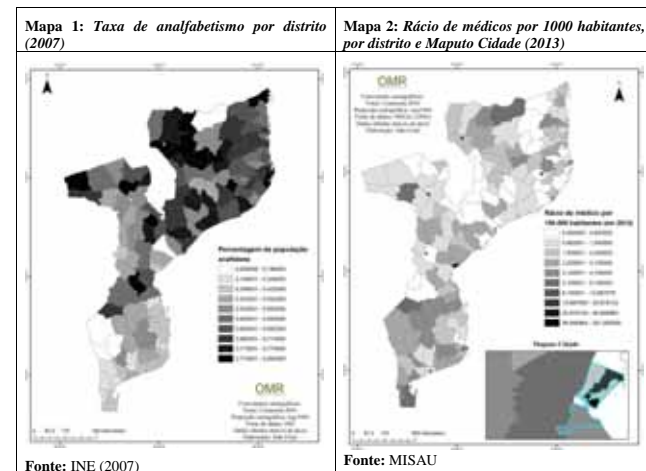


Fonte: IOF 2014/15

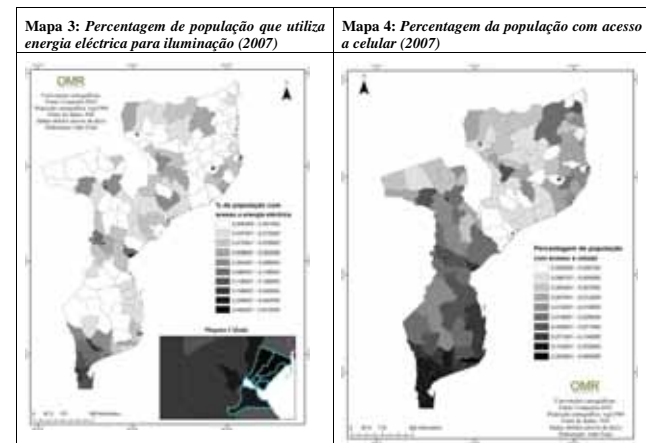
Quando desagregadas estas dimensões de bem-estar, constata-se que grande parte do Norte de Cabo Delgado (e do Norte de Moçambique em geral) constitui uma região fortemente marcada pela privação. O mapa 1 mostra a forte concentração de analfabetismo nesta região, inclusive nas zonas de maior penetração de investimento, comprometendo, desta forma, o aproveitamento das oportunidades de emprego surgidas. A província de Cabo Delgado possui apenas 7 estabelecimentos de ensino técnico-profissional (nível básico e médio), sendo que não existe qualquer escola técnico-profissional no distrito de Palma (Sekelekani, 26.10.2018: 12). Na sua maioria, os jovens naturais de Palma que frequentaram o ensino secundário fizeram-no em Mocimboa da Praia ou na Tanzânia.

Se considerarmos o rácio de médico por cada 1000 habitantes (mapa 2), constatamos, da mesma forma, um grande contraste, não só entre centros urbanos (particularmente a cidade de Maputo) com zonas rurais, mas também entre o Norte e o Sul do País, estando vários distritos do Norte de Cabo Delgado bastante desfavorecidos no acesso a as-

sistência médica.



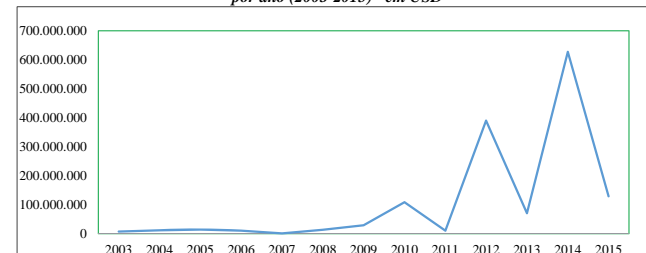
As discrepâncias nacionais são particularmente evidentes ao nível do acesso a energia eléctrica. O Censo de 2007 revelava que grande parte do Norte do país continuava privada de electricidade, com particular incidência para as províncias de Cabo Delgado e Nampula e grande parte de Niassa (mapa 3). Por sua vez, e ainda que o acesso a celular esteja a crescer, a realidade é que as assimetrias regionais persistem entre o Norte e o Sul do País.



### 1.2. PENETRAÇÃO DO CAPITAL EM PALMA, FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS E CONFLITUALIDADE

Ao longo das últimas décadas, a imprensa moçambicana vem reportando diversas descobertas de recursos naturais em Cabo Delgado, assim como diversos anúncios e previsões de investimento. Ainda que os grandes investimentos na indústria do gás ainda não tenham iniciado, a realidade é que, desde o ano de 2009, assistiu-se a uma mudança no volume de investimento nesta província. Os dados do investimento aprovado pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI) demonstram o surgimento de importantes projectos económicos, que ultrapassaram, em 2014, os 600 milhões de dólares de investimento (ver gráfico 3). O gráfico mostra, ainda, uma forte oscilação dos investimentos, o que revela a existência de poucos projectos com valores bastante elevados.

Gráfico 3: Evolução do Investimento em Cabo Delgado aprovado pelo CPI por ano (2003-2015) - em USD



Fonte: Centro de Promoção de Investimentos

O grande *boom* de investimento teve as seguintes consequências na província:

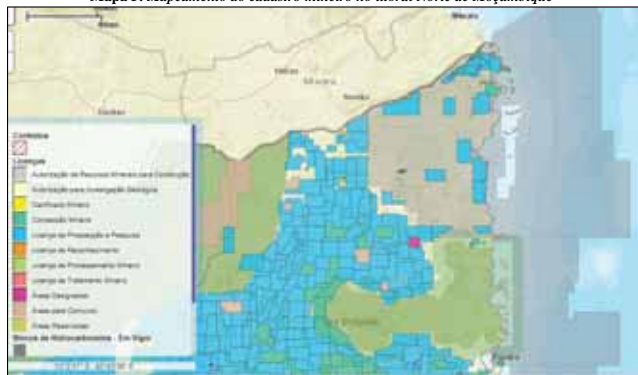
continua Pag. 17 →



**Aumento da pressão sobre terras:** Num cenário de antevisão de exploração de recursos naturais assistiu-se a fenómenos de grande procura de terras. Em Dezembro de 2012, foi emitido um DUAT provisório ao projecto da fábrica de liquefacção de gás natural em Palma de 7.000 hectares, implicando o reassentamento de 663 agregados familiares (Mário, s.d.). A forte pressão sobre terras traduziu-se no desenvolvimento do mercado de terras e no aumento do respectivo valor. Apesar de o mercado de terras ser proibido pela Constituição da República e pela Lei de Terra, a realidade é que, no distrito de Palma, pequenos talhões de 600m2 que, em 2010, eram vendidos por valores compreendidos entre 7 a 10 mil meticais, nos dias de hoje, atingem 200.000 meticais. A aquisição de terrenos por parte de inúmeros indivíduos oriundos de fora do distrito (vulgo do “Sul”) é geradora de um sentimento de insegurança, de vulnerabilidade e de injustiça social.

Da análise do portal de cadastro mineiro em Moçambique (mapa 5), é possível constatar que a grande parte do território da província de Cabo Delgado foi atribuída licença de “autorização de recursos minerais para construção”, numa área total superior a 13.580 km2, nomeadamente à empresa Anadarko. O carácter retalhado do mapa é ilustrativo da forte pressão pela exploração de recursos naturais na província, traduzível numa maior competição no acesso à terra.

Mapa 5: Mapeamento do cadastro mineiro no litoral Norte de Moçambique



Fonte: Mozambique Mining Cadastre Portal (<http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/>)

**Impacto sobre os rendimentos da população:** em grande parte da costa do Norte de Cabo Delgado, onde há 10 anos residiam famílias de pescadores artesanais com estreita interacção com o mar, hoje, constituem-se espaços de acesso proibido. O acesso ao mar está condicionado e em algumas áreas é proibido pescar. Como compensação, foi atribuído um valor mensal de 5.000 meticais às famílias afectadas. De acordo com um técnico da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas em Cabo Delgado, dependendo do tipo de pesca, um pescador artesanal consegue retirar um rendimento diário mínimo de 500 a 2.000 meticais. Considerando estes dados, os pescadores locais poderiam obter receitas compreendidas entre 10.000 e 40.000 meticais em 20 dias de trabalho mensal, portanto claramente superiores à actual compensação.

**Problemas de reassentamento populacional:** os processos de reassentamentos contribuíram para o aumento da tensão social. A população reassentada enfrenta elevados índices de ansiedade, alimentando especulações sobre o calendário e o processo prático das indemnizações a serem pagas, a garantia de atribuição de terra fértil e em quantidade suficiente (Velasco, s.d.). Quer da parte da população, quer da parte de organizações não-governamentais, existem suspeitas de consultas manipuladas, bloqueios no acesso à informação e à liberdade de expressão. Num cenário de ameaças proferidas pelas autoridades locais aos indivíduos que mais questionam o processo de reassentamento, constata-se um crescimento do número de pessoas entrevistadas que solicita que os seus nomes não sejam mencionados, com receio de represálias (Velasco, 12.05.2017). Por outro lado, constata-se um conflito involuntário entre as populações a reassentar e as populações residentes nos locais de destino, motivado por diferentes valores de indemnização (monetários, qualidade das residências). Os valores beneficiam mais as populações deslocadas que as hospedeiras, sendo que são as segundas a disponibilizar terrenos. Prevê-se um aumento da pressão sobre os recur-

sos disponíveis, nomeadamente terra arável e lenha, assim como conflitos políticos (entre líderes tradicionais), culturais e espirituais (resultantes de perda de cemitérios, transferência de sepulturas e tratamento dado a locais sagrados). A tensão inerente ao processo de deslocação não deixa de resultar de uma memória colectiva traumática de reassentamentos forçados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, quer das aldeias comunais, invariavelmente com efeitos negativos sobre a estrutura socioeconómica local. Estes episódios permanecem vivos no imaginário local.

**Frustração de expectativas e manifestações de conflito:** os discursos proferidos pelas autoridades políticas e económicas estiveram repletos de promessas aliciadoras relacionadas com empregos, acesso a escolas e hospitais, tendo sido anunciadas como se se pudessem verificar no imediato, visando a aderência das populações. Esses discursos optimistas foram responsáveis pela formação de exageradas expectativas sociais (Sekelekani, 26.10.2018: 9). A concretização dos investimentos foi-se arrastando durante anos, pelo que se seguiram períodos de ausência de informação fiável e atempada e localmente disponibilizada, frustrando as expectativas das populações. O baixo acesso a informação foi alimentando boatos e especulações diversas.

**Sentimento de discriminação e manifestação de conflitos:** agravando a situação, assiste-se a um crescente fluxo de migrantes, representando uma maior competição de “vientes” junto dos naturais da região. Nos anos de 2013 e de 2014, Mocimboa da Praia chegou a receber diariamente entre 100 a 200 imigrantes, sobretudo da Somália (Voa Português, 16.01.2018). Entre a juventude local, constata-se uma percepção de ameaça externa, alegando-se que as oportunidades beneficiam os do “Sul” ou de “Maputo”, assim como “estrangeiros”. Apesar do aumento do investimento na região, a realidade é que, localmente, se destaca a convicção que pouco tem sido feito em prol da população local, maioritariamente muçulmana. Esse descontentamento aumenta a tensão social e a insegurança na região.

Neste cenário foram registados focos de distúrbios em diferentes aldeias do distrito de Palma. Em Maio de 2018 mais de uma centena de jovens aglomeraram-se na vila sede do distrito, protestando contra o alegado bloqueio a oportunidades de trabalho nas obras de construção civil em execução, alegando que tais oportunidades eram aproveitadas por indivíduos do Sul, ainda que cerca de 53% da mão-de-obra contratada pela empresa construtora na região fosse constituída por nativos da região (Sekelekani, 26.10.2018: 9). Grupos de jovens envolveram-se em tentativas de paralisação da construção de infra-estruturas sociais, com destaque para a construção da futura vila de reassentamento, em protesto contra alegados despedimentos e cortes ilegais nos salários, assim como discriminação salarial por não terem formação, dada a ausência de escolas e de universidades. No calor das animosidades foram registados ataques a supervisores brancos das obras. Alguns grevistas referiam que já não queriam trabalho, nem reassentamento, mas apenas as suas terras de volta e as suas praias (Sekelekani, 26.10.2018: 8).

**Violência das forças de segurança e violação de direitos humanos:** paralelamente, foram registadas diversas ocorrências de violência por parte das forças de segurança na província de Cabo Delgado, em particular no distrito de Montepuez. A exploração artesanal de pedras preciosas neste distrito despoletou uma vaga migratória de milhares de jovens de toda a província de Cabo Delgado, inclusive do litoral da província para as minas de Namanhumbir, onde entraram em confronto com os interesses da empresa Mozambican Ruby Mining. As práticas brutais protagonizadas pelo corpo de segurança da empresa e pela Força de Intervenção Rápida (que inclui torturas e espancamentos) e a deportação compulsiva de milhares de jovens, provocaram rupturas nas fontes de rendimento de muitos indivíduos (desde jovens a agentes económicos bem estabelecidos), num ce-

nário de falta de oportunidades e de pobreza generalizada.

### 1.3. CENÁRIOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Motivada pela procura internacional, sobretudo nos mercados asiáticos, nos últimos 15 anos desenvolveu-se, na província de Cabo Delgado, uma grande euforia em torno da exploração de recursos naturais, nomeadamente de madeira, mais tarde de marfim e de pedras preciosas. Constituíram-se complexas redes internacionais, em parceria com inúmeros indivíduos locais, de onde se destacaram elementos próximos do poder central e local (Maquenzi e Feijó, 2019), frequentemente envolvidos em esquemas rendeiros. Na província de Cabo Delgado desenvolveu-se um ambiente de *far west*, marcado pela incapacidade do Estado de promover a fiscalização das actividades, mas também de corrupção e oportunismo generalizado. Paralelamente, a região Norte de Moçambique passou a constituir o palco de actuação de uma rede de tráfico global de heroína, proveniente do Afeganistão, percorrendo a costa oriental africana com destino à África do Sul, denominada Rota do Sul (Haysom *et al.*, 2018). A rede depende de uma protecção política de alto nível para acesso a infra-estruturas portuárias e rodoviárias, tendo os lucros da heroína desempenhado um papel discreto, mas identificável, no financiamento de campanhas políticas do partido no poder (Haysom *et al.*, 2018). A construção de grandes hotéis (em que alguns permanecem quase vazios) e de outras infra-estruturas lança a suspeição de estes investimentos constituírem uma forma de lavagem de dinheiro (Haysom *et al.*, 2018: 3). A realidade é que existe uma narrativa local que realça o enriquecimento de importantes figuras políticas nacionais em resultado do envolvimento em negócios de madeira, marfim, pedras preciosas ou mesmo tráfico de drogas, num cenário de pobreza generalizada, despoletando a convicção segundo a qual os dirigentes se servem da proximidade do Estado em prol dos seus interesses, ao invés do benefício da população.

### 1.4. TENSÕES HISTÓRICAS ENTE GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS

A província de Cabo Delgado constitui um espaço socialmente heterogéneo, composto por diferentes grupos etnolinguísticos. Não obstante os fenómenos migratórios e as mestiçagens, o litoral Norte continua a ser associado ao grupo etnolinguístico mwani (maioritariamente islâmico), a zona Norte do planalto associada aos macondes (maioritariamente cristãos) e a zona Sul associada aos macuas, que constituem aí a maioria da população (tendencialmente muçulmanos). Ao longo do último século, estes grupos foram-se estruturando em relações de poder inter-grupal, marcadas por diversas rupturas e reconfigurações. Até ao séc. XIX, a população islâmica da costa de Moçambique deteve um protagonismo económico (detendo um papel importante no comércio de escravos com o *hinterland*), ao longo do séc. XX, experimentou um longo processo de marginalização socioeconómica. Com a implantação do Estado Novo (e a concordata com a Igreja Católica), foram criados obstáculos ao funcionamento de escolas islâmicas e mesquitas, assistindo-se a práticas de desqualificação e de marginalização da população islâmica na colónia (Machaqueiro, 2013). A situação amenizou na década de 1960, com o início da guerra de libertação, numa altura em que o Estado colonial procurou uma aproximação com o Islão, a fim de impedir uma aliança entre a população muçulmana e o movimento de libertação.

Contudo, com o advento da independência, a narrativa assente na condenação do tribalismo, do feudalismo e do obscurantismo e de criação de um *Homem Novo* entrou em conflito com a religião islâmica, provocando desagrado entre populações muçulmanas da costa. Um incidente provocado por Samora Machel (ao entrar numa mesquita na Ilha de Moçambique terá desrespeitado a regra sagrada para os muçulmanos de descalçar os sapatos), alimentou narrativas de escândalo entre os muçulmanos no Norte de Mo-



çambique, ainda que também de relativização e de negação do fenómeno (Macagno, 2006: 215).

No período pós-independência assistiu-se a uma reconfiguração das relações de poder no Norte de Moçambique. Até então (auto) -representado como um povo marginalizado, oprimido e fugido da escravatura (West, 2004), o grupo etnolinguístico maconde, que participou massivamente na luta de libertação, emergiu com uma nova dinâmica. Inúmeros elementos deste grupo adquiriram protagonismo socioeconómico (beneficiando de empregos no Estado, de subsídios de antigos combatentes, ocupando as residências nos bairros militares nas capitais provinciais) e político (assumindo presença em cargos de decisão militar e da segurança ou funções de ideologização de populações urbanas). Até então, circunscrito à zona de planalto, com movimentos migratórios para a vizinha Tanzânia, este grupo adquiriu, após a independência, uma forte influência sobre territórios muito para além dos distritos de Mueda, Nangade e Muidumbe. O grupo adquire também um forte protagonismo simbólico (pelo menos por comparação com as culturas mwani e macua), nomeadamente ao nível da valorização de determinados aspectos da cultura maconde, como, por exemplo, as máscaras mapiko. Por sua vez, persistem formas de estigmatização da população costeira, maioritariamente mwani, associada à reduzida escolarização e a práticas de fecalismo a céu aberto, reforçando sentimentos de auto-exclusão. As evidências demonstram que este cenário de descontentamento foi politicamente capitalizado pela Renamo. De facto, o litoral Norte da província de Cabo Delgado constitui um espaço de penetração da oposição à Frelimo. Considerando aos resultados eleitorais das sucessivas eleições legislativas, constata-se que a Renamo já obteve várias vitórias (resultados acima de 50% dos votos) em postos administrativos do litoral e maioria islâmica e mwani, nomeadamente de Olumbi, Palma Sede, Quionga (todos no distrito de Palma), de Bilibiza, Mahate e Quissanga Sede (no distrito de Quissan-

ga), no posto administrativo de Mbau (distrito de Mocimboa da Praia) e de Mucojo (em Macomia). Estes resultados contrastam com as vitórias significativas da Frelimo no planalto maconde, nomeadamente nos distritos de Mueda, Muidumbe e Nangade. Na realidade, os períodos eleitorais constituem momentos de tensão entre Macondes e Mwanis. O distrito de Muidumbe, maioritariamente maconde, tornou-se famoso por actos de violência cometida contra apoiantes da Renamo (Israel, 2006: 108-110), com relatos expulsão de populações mwanis de zonas baixas do distrito, ou de camiões oriundos do distrito seguindo para Mocimboa da Praia em apoio da campanha da Frelimo em eleições municipais. Em Setembro de 2005, na sequência dessas disputadas eleições, a vila de Mocimboa da Praia constituiu palco de violentas manifestações, das quais resultaram pelo menos 12 mortos e 30 detenções, na sua totalidade apoiantes da Renamo (Mbanze, 20.11.2006).

1 Este Destaque Rural é o primeiro de quatro textos a publicar na série Destaque Rural sob o tema geral do respectivo projecto de investigação Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado.

## REFERÊNCIAS

- HAYSOM, Simone; GASTROW, Peter; e SHAW, Mark (2018) "Combater o tráfico de heroína na Costa da África Oriental" in *Resumo de Políticas*, 4, ENACT, pp. 1-11.
- ISRAEL, Paolo (2006) "Kummwagalela Guebuza – The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo" in *Lusotopie*, 13 (2), pp. 103-125.
- MACAGNO, Lorenzo (2006) *Outros Muçulmanos – Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- MACHAQUEIRO, Mário Artur (2013) "O ensino da política islâmica do Moçambique Colonial: da

ansiedade islamofóbica à miragem do 'islão português'" in *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, pp. 95-119.

MAQUENZI, Jerry e FEIJÓ, João (2019) "a maldição dos recursos naturais – mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir" in *Tensões e Conflitos Sociais no Campo – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp.143-168.

MÁRIO, Tomás Vieira (s.d.) "Fábrica de gás de Palma: plano de reassentamento vai abranger 470 famílias" in *Sekelekani*, disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/files/F%C3%A1brica%20de%20g%C3%A1s%20de%20Palma%20com%20area%20reduzida.pdf>, acesso a 24.05.2019.

MBANZE, Fernando (20.11.2006) "Renamo processa Estado" in *Mediafax*.

SEKELEKANI (26.10.2018) "Alta tensão laboral agita Palma" in *Suplemento do Semanário Savana*, pp. 8-12.

VELASCO, Palmira (12.05.2017) "Processo de reassentamento em Palma: longe do direito à informação!" in *Sekelekani*, disponível em <https://www.sekelekani.org.mz/?slider=processo-de-reassentamento-em-palma-longo-do-direito-a-informacao>, acesso a 24.05.2019.

VELASCO, Palmira (s.d.) "Em que ponto se encontra o projecto de gás do Rovuma?" in *Sekelekani*, disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/files/Em%20que%20ponto%20se%20encontra%20o%20projecto%20de%20gas%20do%20Rovuma.pdf>, acesso a 24.05.2019

VOA PORTUGUÊS (16.01.2018) "Islão em Moçambique – as raízes do fundamentalismo" in *VoA Português*, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/islao-mocambique-raizes-fundamentalismo/4208808.html> acesso a 28.05.2019.

WEST, Harry (2004). *Villains, Victims, or Makonde in the Making? Reading the Explorer Henry O'Neill and Listening to the Headman Lishehe*. *Ethnohistory*, 51(1), 1-43.

# ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
[averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



O Jornal mais lido em Moçambique.